



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**CÉSAR GOMES GAMA JÚNIOR**

**ATRAVESSAMENTOS E TRANSVERSALIZAÇÕES NA VIDA DE MORADORES  
DE RUA: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LUGAR INSTITUCIONAL NO  
MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE.**

**São Cristóvão – Sergipe**

**Agosto, 2019**

**CÉSAR GOMES GAMA JÚNIOR**

**ATRAVESSAMENTOS E TRANSVERSALIZAÇÕES NA VIDA DE MORADORES  
DE RUA: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LUGAR INSTITUCIONAL NO  
MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Sandra Raquel Santos de Oliveira.

**Linha:** Processos de Subjetivação e Política.

**São Cristóvão – Sergipe**

**Agosto, 2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Gama Júnior, César Gomes  
G184a      Atravessamentos e transversalizações na vida de moradores de rua : reflexões a partir de um lugar institucional no município de Aracaju-SE / César Gomes Gama Júnior ; orientadora Sandra Raquel Santos de Oliveira. – São Cristóvão, SE, 2019.  
82 f.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Pessoas desabrigadas – Aracaju (SE). 2. Exclusão social. 3. Cidadania. I. Oliveira, Sandra Raquel Santos de, orient. II. Título.

CDU: 159.9:316.344.7(813.7)

**CÉSAR GOMES GAMA JÚNIOR**

**ATRAVESSAMENTOS E TRANSVERSALIZAÇÕES NA VIDA DE MORADORES  
DE RUA: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LUGAR INSTITUCIONAL NO  
MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_

---

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Raquel Santos de Oliveira

---

Prof. Dr. Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Gostaria de agradecer encarecidamente a todas as pessoas que me apoiaram durante esse longo processo, minha família, meus amigos, minha orientadora, professores, amigos que ganhei no mestrado, especialmente no GEPEC e os amigos que fiz na Assistência Social de Aracaju. Agradeço em especial à pessoa que mais me incentivou a tentar ingressar no programa de mestrado, que enxergou em mim alguém que eu não conseguia perceber e me abriu os olhos para outras possibilidades, obrigado.

*“Havia um poeta afetado. Era ele mesmo quem a assumia – a sua afetação – argumentando que todos os poetas são por condição afetados. De outro modo não seriam poetas. (Este argumento afetava muita gente. E nem todos eram poetas). O que os torna poetas – explicava ele – é justamente essa capacidade de se deixarem afetar. Depois perguntava, afetivamente:*

*- Mas quando a poesia não te afeta, é poesia?*

*O poeta afetado era também um poeta infetado. Consequência da boa vida que levam alguns poetas:*

*- Todos os poetas são por condição infetados – dizia.*

*Mas que ninguém se deixe por isso afetar. ”*

*(Poesia de Joana Bértholo, 2012)*

**Resumo:** Em nosso cotidiano, passamos por pessoas que não percebemos, algumas vezes cegados pela velocidade e correria diária. Outras vezes, pela dificuldade de conceber e aceitar as diferenças, as enxergamos pelo prisma inapropriado de um modelo de vida que é produzido de forma contínua, ininterrupta e que se instituiu como predominante. Essas pessoas que fazem das ruas e suas possibilidades moradia e sustento se afastam desse modelo de vida ideal, produtivo, burguês e acabam compondo uma espécie de paisagem urbana na contemporaneidade moderna e capitalista. São essas pessoas, que na rua e da rua vivem, que desconstroem e reconstroem políticas públicas, modos de viver e de pensar com suas histórias de vida e peculiaridades que as análises encadeadas aqui irão descrever e procurar expor os atravessamentos e transversalizações em suas vidas.

**Palavras-chave:** moradores de rua; vida nas ruas; desfiliação; exclusão; cidadania; sociedade.

**Abstract:** In our daily lives, we pass by people we do not realize, sometimes blinded by the speed and daily rush. Other times, because of the difficulty in conceiving and accepting differences, we see them through the inappropriate prism of a model of life that is continually produced, uninterrupted and established as predominant. These people who make the streets and their housing and livelihood possibilities move away from this ideal, productive, bourgeois model of life and end up composing a kind of urban landscape in modern and capitalist contemporary times. It is these people, who lives on the streets, who deconstruct and reconstruct public policies, ways of living and thinking with their life stories and peculiarities that the analyzes linked here will describe and seek to expose the crossings and transversalizations in their lives.

**Keywords:** homeless people; street life; defiliation; exclusion; citizenship; society.

## Sumário

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - Sobre moradores de rua, políticas públicas e um projeto de sociedade.	19
1.1 Historicidade da vida nas ruas.	19
1.2 Políticas públicas: sobre o lugar que ocupo na rede socioassistencial.	24
1.3 Biopolítica e Necropolítica.	30
CAPÍTULO 2 – Exclusão Social.	42
2.1 Espacialização/territorialização da pobreza nas ruas.	42
2.2 Exclusão, uma questão social.	48
2.3 Refugo Humano.	57
CAPÍTULO 3 – Da resistência necessária para uma outra forma de viver.	63
3.1 Sobre o viver nas ruas.	63
3.2 Estigma Social e Governo de si.	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79



## **INTRODUÇÃO PARA COMPREENSÃO DE UMA TRAJETÓRIA**

Ao tomar como partida o que concerne uma dita população em situação de rua<sup>1</sup> e o exercício de refletir sobre minhas percepções em uma trajetória profissional que se entrelaça com esse público, sou levado de volta a uma época da graduação onde o foco principal das disciplinas empreendidas pela grade curricular eram o da Psicologia Clínica, talvez por se tratar de um curso de formação envolto na atmosfera reconhecidamente elitista de uma Psicologia para privilegiados. Poucas foram as disciplinas que fugiam desse percurso, mas compreendiam um arcabouço extremamente relevante para a formação de raízes profundas para quem não queria se enquadrar apenas na prática clínica de um profissional liberal.

Uma dessas matérias que chamava atenção por seu conteúdo distante das tradicionais práticas clínicas foi a de Psicologia Comunitária, onde, como processo avaliativo, a demanda era de desenvolver um dia de atividades socioeducativas e de entretenimento em uma escola pública de ensino fundamental localizada no bairro Farolândia em Aracaju, experiência que ainda encaro como uma das melhores do período de graduação.

Ao terminar a graduação em Psicologia, no final do primeiro semestre de 2011, lidava com os meandros da vida de um recém-graduado. Nesse momento, a Psicologia Clínica se mostrava como uma melhor opção para dar partida ao percurso profissional, empreendimento que dei início e exerci por cerca de um ano. Até que, no começo de 2013 recebi a notícia de que a SEMFAS (Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju) estaria em busca de psicólogos para compor seu quadro de funcionários, que se encontrava em déficit. No início do mês de Abril, deixei currículo na secretaria municipal e no mês seguinte fui chamado para fazer parte do quadro profissional.

Foi na Casa de Passagem Municipal – Acolher<sup>2</sup>, que meu percurso convergiu com o de moradores de rua que temporariamente, pelo prazo de até três meses, eram abrigados na instituição como maneira de providenciar suporte e facilitar

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelo Sistema Único de Assistência Social e outras políticas públicas brasileiras para designar pessoas que fazem das ruas e espaços públicos como moradia.

<sup>2</sup> Instituição de acolhimento para pessoas em situação de rua.

uma possível saída das ruas<sup>3</sup>. Essa instituição faz parte dos serviços ofertados pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que foi criado em 2005 e instituído como lei apenas em 2011. Talvez devido a essa história recente, o SUAS como campo de atuação profissional sequer havia sido mencionado durante minha graduação em Psicologia.

As dificuldades desse começo foram a de compreensão do funcionamento do SUAS, da Política Nacional para População em Situação de Rua de 23 de Dezembro de 2009, compreensão que ainda se faz necessária diante das contradições observadas com a experiência de campo. Excetuando-se as contradições entre o plano e a execução das medidas fomentadas pelo plano nacional, os encontros, histórias, relatos e afetos oriundos desses encontros sempre são acompanhados de um peso, de uma violação de direito, e assombrados por percalços da exclusão social.

Dito isso, o Acolher é uma casa de passagem, instituição de acolhimento que preconiza a preparação para um momento de passagem da vida nas ruas para uma dita reinserção social, mas ela não funciona sempre com esse objetivo. Muitas vezes ela recebe usuários que necessitam ficar algum tempo afastados das ruas, seja por motivo de segurança, saúde e/ou obter uma pausa da turbulência diária que é o viver nas ruas, para que consigam parar, refletir e dar continuidade ao seu modo de existir. É uma instituição que funciona 24 horas e possui profissionais presentes em todos os momentos.

Diferentemente do albergue que é aberto apenas para o pernoite ou acolhimento noturno, nas casas de passagens é permitido, para aqueles que estão acolhidos, permanecer no serviço durante todo o dia, realizar sua higiene, alimentar-se, lavar suas roupas, receber atendimento e orientações psicossociais<sup>4</sup>, dentre outras atividades presentes no cotidiano de uma residência. É uma instituição que pode ser mapeada no SUAS dentre os serviços de alta complexidade e funciona como uma oferta e suporte de/para outros serviços da rede

---

<sup>3</sup> Apesar de se tratar de um abrigo, o acolhimento é temporário e pelo tempo máximo de três meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses, porém, na maioria das vezes essas pessoas retornam as ruas antes do término do prazo inicial, devido a não adaptação às regras pré-estabelecidas na instituição.

<sup>4</sup> Consistem em atendimentos especializados e articulados através de profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social no intuito de dirimir pontos negativos que interferem na vida do sujeito e potencializar os pontos positivos, por meio de intervenções e encaminhamentos sobre várias esferas da vida social, pessoal e sociabilidades dos sujeitos.

Meu tempo no Acolher foi marcado pelos meus primeiros encontros com a “vulnerabilidade social”<sup>5</sup> demarcada pela vida nas ruas, usuários que eram encaminhados diretamente do Centro Pop<sup>6</sup> para a instituição, e apesar de se tratar de um abrigo, a rua raramente deixou de fazer parte da vivência de quem ali se encontrava. Os desligamentos por descumprimentos de regras, a inadequação ao serviço e a inadaptabilidade do serviço para com os usuários, que necessitam cumprir regras para se manter dentro do equipamento, sempre trouxeram interrupções prematuras para a já curta estadia de apenas três meses, com a possibilidade de reavaliação dos casos para mais três meses de acolhimento a fim de tentar modificar a estrutura de suas vidas sob a proteção e um teto do Estado.

Após sete meses como psicólogo na Casa de Passagem, a coordenadora do Centro Pop se desligou da posição e eu fui convidado a assumir esse lugar. No pouco tempo de experiência na assistência social municipal, havia visitado aquela instituição pouquíssimas vezes, todas elas para solucionar pendências de usuários. E em todas as vezes fiquei impressionado com a quantidade de pessoas que frequentavam aquele espaço que, localizado em um bairro próximo à região central de Aracaju, o Centro Pop ficava em uma área de classe média (bairro São José) que nunca o aceitou nesse território desde a sua inauguração em 2011. Mesmo em sua nova localidade, no ano de 2018, mais ao centro da cidade, em uma área residencial supostamente menos privilegiada (bairro Getúlio Vargas), o equipamento continua a sofrer com a resistência dos moradores do entorno pelo fato de atender um público marginalizado socialmente. Caso me perguntassem se há um lugar possível para esse equipamento no ordenamento que temos na cidade, responderia que devemos pensar primeiramente em termos de sociedade, sua dinâmica de exclusão/inclusão, e para quem seria esse lugar possível? Para moradores de rua, para a sociedade

---

<sup>5</sup> Considerando que, segundo Vêras (2001), a vulnerabilidade social e consequente exclusão são engendradas por políticas econômicas neoliberais que produzem políticas de inclusão precárias e marginalizantes, que são convenientes e necessárias ao capital, sendo a exclusão uma peça estruturante do capitalismo. A questão principal dessa dinâmica perpassa a não mudança da situação vivenciada pelo sujeito e essa mobilidade entre a exclusão/inclusão ganha um caráter de permanência.

<sup>6</sup> Equipamento socioassistencial do SUAS, responsável pelo acompanhamento psicossocial da população em situação de rua. Não se trata aqui de acompanhamento terapêutico, mas de um trabalho voltado para o desenvolvimento de sociabilidades e retomada de direitos, onde assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais irão somar-se com profissionais de apoio para orientar, articular e desenhar caminhos possíveis, juntamente com o usuário, para chegar no objetivo-fim de saída das ruas.

estabelecida, para a política pública que o estabelece? Há uma resposta diferente para cada categoria.

Resolvi aceitar o convite para conhecer a experiência de coordenação que me fora disponibilizada, e em outubro de 2013 assumiria essa posição. Ao chegar, me deparei com toda sorte de problemas internos, desde a falta de materiais de higiene, alimentação, questões de segurança, entre outras. Como esquecer do usuário sob efeito de álcool que em meu terceiro dia na coordenação destruiu a porta da entrada, que era de vidro temperado, utilizando a tampa de um bueiro de esgoto? Teria sido minha primeira prova de fogo? Como não lembrar, ao mesmo tempo, das intervenções que funcionaram, que trouxeram um sentimento de pertencimento ao equipamento e de que podemos encontrar sentido no trabalho realizado?

O Centro Pop de Aracaju pode ser encarado como um espaço de convivência, onde seu público de moradores de rua<sup>7</sup> pode fazer uso de suas instalações para orientações e atendimentos psicossociais, receber suporte que propicie uma saída das ruas, assim como realizar algumas demandas de higiene pessoal, segurança alimentar, entretenimento, benefícios eventuais da assistência social e afins. Um espaço que abre suas portas no início da manhã para quase cem usuários, de segunda-feira a sexta-feira, onde surgem demandas completamente distintas e um público heterogêneo que espera receber seu café da manhã, garantir seu almoço no restaurante popular, conseguir regularizar sua situação de documentação civil, tirar dúvidas, receber orientações, ser ouvido e acolhido com a importância que sua vida clama.

Dentre as primeiras dificuldades que encontrei no serviço estava o de como lidar com as faltas institucionais. Em um serviço que se propõe ser um espaço de convivência, local para asseio pessoal, que deve articular segurança alimentar e proteção social como um todo, mas que não havia subsídios para os itens de uso diário: escovas de dentes, cremes dentais, sabonetes, lâminas de barbear, absorventes, alimentação, entre outras coisas que chegavam ao serviço apenas de maneira muito rara, somente os recursos humanos estavam disponíveis com frequência e até mesmo a segurança física de profissionais e usuários sempre se colocava como um problema. As desavenças nas ruas são muitas, as armas brancas

---

<sup>7</sup> Aqueles que enquanto estão em atendimento no Centro Pop, sobrevivem e pernoitam em ruas e espaços públicos da cidade, muitas vezes com vínculos familiares fragilizados ou inexistentes.

e violência fazem parte do cotidiano nas ruas e, por vezes, do próprio Centro Pop, que acaba funcionando como uma extensão dessa rua. Apesar das regras instituídas para esse espaço, podemos encontrar o uso de álcool e outras drogas, desavenças que tomam a forma de luta corporal, questões relativas à territorialidade dos sujeitos, entre outros pontos que aparecem como se inundassem o serviço e trouxessem essa profundidade da vida nas ruas para dentro do equipamento, da mesma forma o Centro Pop também atinge a rua, modifica os roteiros de trabalho informal, a forma de obter alimentação, o cotidiano em vários de seus aspectos.

Essa insegurança se instaura a partir dos vários tipos de violência que são dispersados dentro do serviço, seja entre usuários, de usuários para profissionais, e inclusive violência institucional, problemas devido a ocorrências como a falta de um insumo, por exemplo, ou não haver alimentação para todos, a demora no atendimento devido ao número reduzido de profissionais da equipe técnica de nível superior (psicólogos e assistentes sociais), pequenos furtos e intimidações diárias que muitas vezes se estabelecem mais como um ato de resistência a uma violência institucional recorrente. Essas situações acabam por desestabilizar o serviço e denunciar a fragilidade da política pública que se pretende empreender. Assim foi demarcada minha passagem pela coordenação do Centro Pop, entre 2013 e 2015, dois anos de trabalho efetivado, em que o peso dessa fragilidade da política pública se fez presente em todos os momentos. Essa fragilidade trouxe cansaço e desgaste emocional, que culminaram no afastamento da coordenação do Centro Pop, em detrimento das boas intervenções, dos sucessos custosos, de sentarmos e tentarmos junto aos usuários pactuarmos novas possibilidades para suas vidas.

Foi durante esse período que aconteceram embates com a Coordenação de Proteção Social Especial, responsável pelo gerenciamento dos Creas<sup>8</sup>, Centro Pop e abrigos. Embates ocasionados pela clara desatenção dada pela gestão da época ao serviço, o que me levou a declarar o que se passava perante o Ministério Público em audiência pública, e isso gerou a insatisfação da coordenação e solicitação de meu afastamento à Secretária responsável pela pasta. Apesar de não querer mais fazer parte da Secretaria e do equipamento devido ao desgaste diário na posição de coordenador, me ofertaram a coordenação do, na época recém-criado, Creas Prof.

---

<sup>8</sup> Creas é a sigla para Centro de Referência Especializado de Assistência Social, responsável pelo acompanhamento psicossocial de casos que envolvam violações de direitos de crianças, mulheres, deficientes, idosos, LGBTQ, entre outros.

Gonçalo Rollemberg Leite, inaugurado em outubro de 2015 e que se responsabilizaria pelos casos de violações de Direito de parte da zona norte do município de Aracaju. Atraído pelo discurso de que em um novo equipamento, com uma nova história, as coisas funcionariam de maneira diferente, resolvi permanecer na Secretaria e dar continuidade ao serviço efetivado. Foi durante a passagem pelo Creas que resolvi, a partir de várias conversas, tentar o mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Sergipe e pensei na vida do morador de rua como objeto de pesquisa.

Após o processo de seleção para o mestrado e mudanças no corpo diretor da Secretaria Municipal de Assistência Social de Aracaju, em janeiro de 2017 fui realocado na função de Psicólogo no equipamento que me afetou de diversas maneiras, no Centro Pop. Para além do papel de psicólogo/técnico de nível superior daquele equipamento socioassistencial, função que dividia com colegas de trabalho comissionados e concursados, dessa vez assumiria também a articulação entre o psicólogo e o pesquisador, que se coloca, se questiona e se posiciona durante todo o processo de pesquisa/intervenção. Durante esse processo, chegaria na questão norteadora dessa dissertação: como se configura o viver no cotidiano das ruas de Aracaju?

E como obter respostas sobre essa dinâmica? De acordo com René Lourau (2013), quando pensamos sobre instituições, levamos em consideração a ideia de instituições que possuem paredes, locais físicos, com determinada organização político-social, muitas vezes jurídica. Para a Análise Institucional (A.I.), porém, instituições não são coisas possíveis de observação, concretas, mas, composições invisíveis, modos de funcionamento imanentes à sociedade e presentes em todos os seus níveis, desde a família até o Estado, a saúde e a educação, são uma dinâmica de contradições construídas no tempo histórico entre o instituído: formas produzidas e forças de reprodução; e o instituinte: processos de mudança e quebra do instituído. A Análise Institucional irá se debruçar sobre as contradições existentes nessa dinâmica e no cerne das forças instituídas e instituintes, sobre as práticas sócio-históricas que engendram instituições e situações no campo de intervenção.

A abordagem institucionalista parte do pressuposto de que somos geridos por outrem (heterogestão), e por conta disso vivemos em desconhecimento dos determinantes sociais que nos privam de nossa autonomia de fazer e de pensar, o que se pretende conseguir com a A.I. é a autogestão, garantir através da análise do

instituído e instituinte o conhecimento sobre o que foi engendrado para permitir nossa autonomia, no sentido de uma ruptura de movimentos centralizadores sobre as formas de atuar e de raciocinar. O que será colocado em análise, para fim da intervenção, são as relações entre cada um dos envolvidos no campo de intervenção, e, no caso dessa pesquisa, moradores de rua e sociedade normativa, mais especificamente em relação a vida cotidiana de moradores de rua e seus relatos de vida. Assim:

Fazer análise em uma instituição é questionar, interpretar e transformar o lugar imaginário, simbólico e físico, o espaço da hierarquia, a produção dos equipamentos de captura da subjetividade, a relação entre o instituído e o instituinte, ou seja, é liberar a palavra da instituição, o não-dito. Deve-se ter bem claro que a intervenção institucional se dá em um campo de intervenção, que é um recorte, um espaço delimitado do campo de análise, que é bem mais amplo e que deve ser compreendido para que nele se possa intervir e transformar. Em outras palavras, é necessário compreender que em cada espaço concreto — organização, estabelecimento, rua — dá-se de modo particular, singular, a reprodução do instituído e a repressão do instituinte. (PEREIRA E PENZIN, 2007, p. 524)

Conforme Coimbra (1995), a Análise de Implicação se põe como uma ferramenta importante para desenvolvimento da Análise Institucional, admite o argumento de que o pesquisador encontra-se implicado no campo e a sua intervenção modifica e transforma o objeto de estudo. De tal modo, reconhece o pesquisador-interventor na posição de um intelectual implicado, oposto a um posicionamento neutro. Esse profissional implicado é aquele que analisa o lugar que ocupa em suas relações sociais, em sua vida profissional, seus lugares no cotidiano; é reconhecer que há uma mutualidade entre você e aquilo que se pretende objetivar, que, ao mesmo tempo em que objetiva, você também será objetivado.

Ainda segundo a autora, analisar implicações é refletir de que forma ocorrem nossas intervenções do cotidiano, trazendo para a análise a subjetividade do pesquisador-interventor. “Implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, de ato voluntário. Ela está no mundo, pois é uma relação que sempre estabelecemos com as diferentes instituições com as quais nos encontramos, que nos constituem e nos atravessam.” (COIMBRA & NASCIMENTO, 2008, p. 146)

Dessa maneira, se faz necessário situar o leitor quanto ao conceito de cotidiano que está sendo utilizado na dissertação. Batista (2019, p. 7) considera que o cotidiano é a “possibilidade de inversão, desdobramento, disputa e remodelagem

das trajetórias inventadas e reinventadas no dia-a-dia de pessoas comuns, nas situações ordinárias de sua vida prática.” São as práticas que se mesclam de forma quase que despercebida e banalizada entre o instituído e instituinte, termos que serão abordados na página seguinte.

Dito isso, a pesquisa se enquadra como uma Pesquisa-Intervenção de caráter qualitativo, onde irei utilizar a Análise Institucional de René Lourau como base teórico-metodológica. Pretende-se fazer do campo de prática profissional um campo de análise e de intervenção para que seja possível colocar as práticas em análise. Não há intenção de generalização de dados, pois nesse tipo de pesquisa considera-se que será trabalhado um recorte, um local específico, em uma época específica, com sujeitos singulares, e por conta disso não discorro sobre generalizações e comparações. Entendo que, a partir da Análise Institucional e seu arcabouço teórico é possível compreender os atravessamentos históricos e transversalizações que estão presentes no cotidiano de moradores de rua acompanhados no Centro Pop de Aracaju. Devo evidenciar que além de um referencial teórico, a análise institucional também constitui um posicionamento ético-político, uma forma de me posicionar na instituição e que irá operar tanto a função de psicólogo quanto a forma de compreensão da minha pesquisa.

O processo de pesquisa tem início anteriormente à minha inserção no campo de intervenção, que com essa trajetória aqui disposta evidencio o conjunto de implicações que me levaram a buscar esse determinado campo com moradores de rua em Aracaju, e é a partir disso que se dão os primeiros passos da análise de implicações como Pesquisador/Psicólogo inserido nas políticas públicas de Assistência Social. Após a inserção no campo, os dados foram coletados através da técnica do diário de pesquisa, que é para o pesquisador a restituição do processo de pesquisa na forma de uma narrativa a partir de seu contexto sócio-histórico, onde o pesquisador implicado reconstitui o trabalho de campo ao mesmo tempo em que reflete sobre ele e desnaturaliza a ideia de neutralidade científica.

O diário de pesquisa trata da coleta de material do processo de pesquisar, compreende o diário de campo, escritos do cotidiano, gravações e outros tipos de registros das implicações do pesquisador, de tudo que o pesquisador-interventor implicado compreende como importante para a pesquisa-intervenção, dos acontecimentos considerados banais, até aquilo que nunca foi dito em conversas ou



documentos oficiais, dos conflitos visíveis aos implícitos durante o processo e que revelarão caminhos por onde percorrer, pesquisar e intervir. É um instrumento de campo que permite, segundo Lourau (2004, p. 283), “a observação de si mesmo, possibilitada pela observação de um mundo estranho. ”

Dito isso, para a Análise Institucional não é possível delinear um método antes da inserção no campo, assim, durante a coleta de histórias de vida e escritos do diário de pesquisa foi pensado o cotidiano nas ruas. Essa estratégia parte da identificação e análise das implicações, das questões levantadas, da compreensão dos movimentos do instituído e instituinte, suas contradições e maneiras de lidar/intervir com o cotidiano. Além de produzir essa dissertação, ofereço ao Centro Pop e sujeitos participantes um retorno da pesquisa-intervenção na forma da restituição, que é intrínseca à pesquisa e deve ser considerada como uma forma de dar continuidade à mesma para além do texto final de um trabalho científico.

É utilizando do conteúdo de experiências vividas, anotações no diário de campo, conversas e momentos lembrados que tratarei nesse trabalho como atravessamentos e transversalizações do cotidiano produzem e perpassam a vida nas ruas de Aracaju, e que, ao longo dessa vivência na assistência social municipal me chamaram atenção ao ponto de tomá-las como produção acadêmica. De acordo com Baremblytt (2002), os atravessamentos são compreendidos como interpenetrações na vida em nível da função, da reprodução, do conservadorismo, daquilo que foi instituído na sociedade; enquanto que as transversalizações são aquelas interpenetrações no nível da produção, do revolucionário, do criativo, do instituinte.

Ainda segundo o autor, o instituído nada mais é que o resultado de forças instituintes, força essa que deve ser entendida como um processo, enquanto que o instituído como o resultado desse processo. O instituído transparece estabilidade em formas e práticas, denota sua importância histórica na regulação da vida social, porém, essa vida é essencialmente uma inconstância. A vida social está constantemente em mudança. É preciso que o instituído acompanhe essas mutações, e para isso ele irá se fazer valer da capacidade transformativa do instituinte.

Apesar de se colocar como uma resistência que tende ao apego e à práticas conservadoras, não podemos considerar o instituído como algo ruim e o instituinte como algo bom de uma forma puramente maniqueísta. A relação instituído/instituinte se dá como um processo e disputa de forças constantes. É dessa

maneira de interpenetrar o instituído que as forças produtivas, revolucionárias, criativas e transformadoras do instituinte afetam e são capazes de transformar o instituído, pois não há sentido no instituinte sem que ele interpenetre o instituído afim de acarretar mudanças nas práticas e formas existentes. O instituído necessita do instituinte para adaptação às mudanças da vida social ou estaria fadado à estagnação.

Dessa forma estabeleço uma linha de pensamento que perpassa o texto e que tem início com os atravessamentos sócio-históricos que apreendem essa parcela populacional e, em parte, permitem a manutenção de uma determinada e específica situação socioeconômica dos moradores de rua. Os autores utilizados no texto estão sendo acionados para que me seja possível pensar a dimensão dos atravessamentos e transversalizações presentes no cotidiano dessas vidas. Os relatos coletados durante a dissertação utilizam nomes fictícios para preservação das pessoas que contaram suas histórias, e assim:

A descoberta da transversalidade é descoberta de conflitos, de lutas sociais: ela própria é uma fonte de conflitos, porque lugar das resistências do não dito. (LOURAU, 2004, p. 132)

Para a empreitada de pensar sobre o cotidiano de moradores de rua, decidi que seria necessário, primeiramente, tatear a sociedade e suas sinuosidades. Como escolha de autor para referenciar esse tatear inicial decidi por Foucault, por se tratar de um autor com importante aparato conceitual capaz de possibilitar compreensão sobre os mecanismos de funcionamento e produção de sujeitos na sociedade em que vivemos. É esse modo de operação social que engendra sujeitos que podem ser considerados “normais” e “anormais” que irá me possibilitar articular a percepção social e atravessamentos sócio-históricos daqueles considerados normais e suas interpenetrações na vida de moradores de rua, que podem alcançar até mesmo políticas genocidas ou de extermínio.

Dessa observação mais abrangente sobre a vida de moradores de rua, estabeleço um salto para a ideia de território e lugares, discussão necessária para a compreensão de que os efeitos e produtos da vida nas ruas modifica a sociedade, ao mesmo tempo em que a sociedade os modifica, e que a discussão estabelecida aqui ocorre tanto em grandes espaços territoriais, quanto na rua em que vivemos, trabalhamos e compartilhamos o cotidiano.

Tendo compreendido que compartilhamos, produzimos e somos produzidos no espaço em que vivemos, e efetuando uma passagem do macro pro micro, volto a discussão para o funcionamento da sociedade observado na biopolítica foucaultiana, que estabelece uma forma de governamentalidade que busca a normalidade dos sujeitos a fim de proporcionar o aumento da produtividade e enriquecimento do Estado. Isso me leva até as questões da produção e do trabalho, sua centralidade numa sociedade capitalista, neoliberal e como o sentido e importância que é dado ao trabalho incorre em uma danosa produção de exclusão social. Utilizo Robert Castel (2010) como base teórica para o desenvolvimento dessa ideia.

Seguindo esse percurso que vai da sociedade, instituições e atravessamentos do sujeito produzido como morador de rua e o estigma de ser visto dessa maneira, adentro na rua como possibilidade de transversalidade do cotidiano, abordo a resistência necessária para essa outra forma de viver que compreende a rua como espaço de produção de vida, que pensa a rua não apenas como destino inevitável dos “sobrantes” ou não absorvidos pelo modo de vida dominante, mas como forma de vida. E, demonstro em relatos que a rua é capaz de produzir e ser resistência, efetuo assim um deslocamento que vai do macro (social, institucional) para o micro (das histórias de vida), um deslocamento que vejo como necessário para a compreensão daquilo que atravessa suas vidas como amarras no tecido social, e como eles são capazes de pintar novas formas de se enxergar e produzir potências no cotidiano de suas existências apesar das dificuldades presentes.

Como forma de restituição ao Centro Pop e a esse público que me permitiu construir essa dissertação, além da disponibilização da dissertação para a instituição, decidi pela criação de um canal que dê visibilidade às histórias de vida e opiniões de moradores de rua. Para isso, foi criada uma conta na rede social multimídia Instagram que pode ser encontrada com o nome @vozes.da.rua, onde serão coletados novos relatos, fotos e vídeos para que suas histórias alcancem novos interlocutores e permitam olhares diferenciados para a vida nas ruas.

## **CAPÍTULO 1 - Sobre moradores de rua, políticas públicas e um projeto de sociedade.**

Nesse capítulo, vislumbro a ideia Foucaultiana de uma história descontínua, marcada por interrupções e elementos que se atualizam para um novo tempo, em que é possível encontrar marcadores de atravessamentos que produzem modos de subjetivação passíveis de controle, exclusão e extermínio. Quais as estratégias dessa produção? Nesse capítulo tratarei sobre o chamado vagabundo no Brasil Colônia, sobre o morador de rua da atualidade, sobre políticas públicas que tentam sua apreensão, e os modos de funcionamento de uma sociedade que caminha sobre a linha tênue de uma faca que vacila e se articula entre o Biopoder e o Necropoder. Irei me debruçar sobre atravessamentos que se estabeleceram ao longo de um percurso histórico e que deságuam nos momentos atuais de uma sociedade.

### **1.1 Historicidade da vida nas ruas.**

Em nosso cotidiano, passamos por pessoas que não percebemos, algumas vezes cegados pela velocidade e correria diária, outras vezes pela dificuldade de conceber e aceitar as diferenças, as enxergando pelo prisma inapropriado de um modelo de vida que é produzido de forma contínua, ininterrupta e que se instituiu como prevalente. Essas pessoas que fazem das ruas e suas possibilidades, moradia e sustento, se afastam desse modelo de vida ideal, produtivo, burguês e acabam compondo uma espécie de paisagem urbana na contemporaneidade moderna, capitalística. São nessas pessoas, que na rua e da rua vivem, que desconstroem e reconstroem políticas públicas, modos de viver e de pensar com suas histórias de vida e peculiaridades que essa pesquisa irá se focar.

Paul Veyne (1995), ao falar sobre o conceito de história em Foucault, evidencia que a história não traça um vetor de progresso e continuidade. Ela é compreendida por rupturas e práticas que se atualizam à medida que momentos históricos são dispostos na trama de práticas discursivas e objetivações, momentos singulares, particularmente diferenciados, mas que, demonstram semelhanças com outros momentos e rupturas históricas precedentes. Esses momentos históricos são utilizados não para evidenciar uma linearidade histórica e a origem dos objetos, mas

para constatar a existência das práticas que engendram o objeto e ao mesmo tempo são afetadas por ele. Assim, para Foucault, a história se apresenta de forma descontínua, permeada de rupturas e discontinuidades, que destoa da previsibilidade da linearidade (ROUANET, 1996, p.111)

Dessa maneira, a história não obedece uma continuidade e não busco com essa pesquisa uma origem. Esse fenômeno demarcado pela continuidade em que é possível retroceder até chegar no ponto inicial, mas a proveniência, compreender eventos que possibilitam e engendram o morador de rua.

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. [Apesar disso e contra isso] o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem - é a discórdia entre as coisas, é o disparate (FOUCAULT, 1998, p. 17-18).

É a partir dessa ideia de história, não linear, que podemos saltar para diversos momentos históricos para compreendermos sua mecânica e atualizações modernas. Retornemos ao Brasil Colônia, não para marcar origem, mas para tecermos uma dinâmica de atravessamentos que compõem esse público. De acordo com Lobo (2008, p. 223-224), no Brasil Colônia haviam indivíduos destituídos de recursos materiais e sem instrução, que eram a maioria da população à época, relegados a indigência, possuíam muita dificuldade em encontrar um meio de vida, dentre eles estavam os vadios que viviam em permanente desocupação. Eram considerados nocivos à sociedade por diversos motivos: não trabalhavam e seus custos ficavam a cargo da sociedade portuguesa, pelos atos criminosos cometidos, pelo mau exemplo da desocupação, por não casarem e prejudicarem a povoação da colônia. Eram considerados um estorvo ao Estado português por prejudicarem o desenvolvimento colonial, pois não perpetuavam o povoamento, nem conferiam riquezas aos cofres portugueses. Assim:

O maior perigo estava no nomadismo dos vagabundos (como dos ciganos, índios e escravos fugidos), por seu teor de rebeldia, de transgressão e de não acatamento da ordem dominante, ou pior, a produção de sua própria ordem (como nos quilombos e rebeliões coletivas). Por isso, representavam uma ameaça constante ao poder estabelecido. Os vagabundos eram ainda mais perigosos nas cidades – diferentemente do que ocorria no campo, onde poderiam ser capturados pelos proprietários locais para suas guerras particulares, ou filiados a um senhor e sob sua vigilância, nas cidades ficavam

livres desse tipo de controle, ao sabor das agitações sociais e políticas, como as que antecederam a independência. Aliás, não ficariam tão soltos, porque outro controle recairia sobre eles: seriam reprimidos pela polícia se encontrados isolados ou, principalmente, em bandos provocando desordens [...] a questão na colônia e mesmo muito tempo depois da independência, não era apenas sujeitá-los ao trabalho, mas, domesticá-los à obediência, para o que a polícia poderia ser bem mais eficiente. (LOBO, 2008, p. 225)

Posteriormente, a abolição do trabalho escravo acabou por vincular a vadiagem à valorização moral do trabalho e passou a ser considerada uma das maiores causas da degeneração social no país. Aquele que não pagava a dívida social com o trabalho era também uma ameaça à ordem social, e foram então cunhados como “classes perigosas”. Morel (1857, *apud* LOBO, 2008, p. 229) atribui o termo pobreza “pela falta de instrução, de previdência, pelos excessos alcoólicos e venéreos, pela deficiência de alimentação, é a maior suscetibilidade às degenerescências.”

Para esse Psiquiatra francês, grande referência da teoria da degenerescência, a miséria produziria um estado de degradação física e moral que constituiria o que ele chamaria de “classes perigosas” que poriam permanentemente a sociedade em um estado de perigo, pessoas que consomem sem produzir, são custosas ao Estado, suscetíveis a praticarem atos considerados ilícitos. Robert Castel (2015), relata que os ditos vagabundos teriam rompido com o pacto social que consiste em: trabalho, família, moralidade e religião. Devido a isso são tratados como inimigos de uma ordem pública estabelecida normativamente, e que, segundo o autor, vão parar nas ruas devido às circunstâncias individuais e sociais de suas vidas. O vagabundo teve associados à sua figura, a ociosidade e a falta de recursos financeiros, além do não pertencimento à comunidade que se escorava nas leis e na fé para seu crescimento. Como punição por ser considerado um inimigo da ordem pública, na França do antigo regime, os ditos vagabundos foram banidos, sentenciados à morte como se a ociosidade fosse um crime máximo e então forçados a trabalhar em colônias penais, após a constatação da ineficácia de uma punição como a morte. Essa forma de lidar com os ditos vagabundos foi reiterada diversas vezes e atualizada ao redor do mundo, como em nosso Brasil.

Apesar da abundância de mão de obra naquele momento histórico, poucos trabalhadores livres, ex-escravos, se submeteriam às longas jornadas de trabalho ininterruptas no meio rural, eram então tidos como preguiçosos e instáveis pelos agricultores habituados com o trabalho escravo docilizado pela ameaça do chicote.

Era preferível trabalhar pouco, apenas o suficiente para alimentação da semana. Dessa forma criou-se uma relação entre a ociosidade e a pobreza, entre a pobreza e criminalidade, relações que perduram até os tempos atuais constituindo o imaginário de classes socialmente mais abastadas.

Com isso, o morador de rua, nômade, pobre, sem bens materiais, atravessaria o campo sócio-histórico brasileiro como um peso e um perigo para a sociedade, o que propiciaria a reprodução histórica do pensamento dominante e a opressão social à pobreza. Esse é um dos atravessamentos presentes na vida de moradores de rua e podemos verificar isso no cotidiano na medida em que são constantemente taxados de bandidos, ladrões, vagabundos pela comunidade do entorno em que vivem.

Efetuo um salto para um momento temporal mais próximo do que vivemos, mas sem perder de vista os processos de subjetivação ocorridos no passado e que, de alguma forma, se atualizam e permeiam o tempo em que vivemos. Nos anos 80, com o aprofundamento das perspectivas econômicas neoliberais na periferia do capitalismo, o Brasil foi acometido por altas taxas de desemprego e adensamento das questões sociais, havendo um aumento da demanda por trabalho, educação, assistência social e renda. Os movimentos sociais reivindicavam uma melhor infraestrutura das cidades na perspectiva de enfrentar a iniquidade social<sup>9</sup> de nossa realidade. O modelo capitalista gerou uma massa de trabalhadores desempregados, com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional que migravam das zonas rurais em busca de oportunidades nos municípios de grande porte, essas pessoas findaram nas ruas das cidades, seja por questões econômicas, familiares, questões de saúde, ou uma infinidade de outros motivos. Na tentativa de sobreviverem às ruas, essas pessoas foram, então, marginalizadas<sup>10</sup>.

As ruas foram feitas de moradia por pessoas de variadas idades, gêneros e origens, e a partir das ruas sobreviviam às intempéries da vida à margem<sup>11</sup> da sociedade. Com o início do processo de redemocratização do país, surgiram as

---

<sup>9</sup> Segundo o IPEA (2003, p. 14) Iniquidade Social é a situação de uma sociedade em particular onde a distribuição de renda e patrimônio se fazem de maneira extremamente desigual, em que uma minoria detém a maior parte destes e uma grande parcela da população não alcança um patamar mínimo de existência com dignidade.

<sup>10</sup> Marginalização social, conceito oriundo da sociologia que se refere ao ato de se tornar ou ser tornado relegado a uma condição social inferior, à margem da sociedade.

<sup>11</sup> A ideia de estar à margem da sociedade será discutida a partir do sentido de exclusão ligada a desfiliação, oriunda dos estudos e conceitos de Robert Castel.

primeiras iniciativas para organizar esse contingente populacional, que por muito tempo acreditava-se não ter forças para mobilização política. Nesse momento, com apoio da sociedade civil e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), foram desenvolvidos projetos de atendimento para crianças e adolescentes em situação de rua em diferentes cidades do território brasileiro, que foram os pilares para a formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR, 1998). Ao mesmo tempo, a Pastoral do Menor, criada no Rio de Janeiro, desenvolveu durante quase 10 anos, entre 1981 e 1992 a Semana Ecumênica do Menor, reunindo e organizando pessoas pela defesa dos direitos e cidadania dos então meninos de rua. (BRASIL, 2011)

Nessa conjuntura, procurando facilitar o acesso aos direitos e dignidade de moradores de rua, as instituições surgiram como organizadoras desse contingente populacional. Priorizando o protagonismo social daqueles atendidos para que se possa exercer a produção de uma cidadania normativa de cada pessoa em situação de rua, procurou-se deixar de lado o caráter assistencialista das ações anteriormente empreendidas que consistiam na atuação das chamadas Damas de Caridade, mulheres possuidoras de bens e relativo poder social, que se disponibilizavam a efetuar caridade de forma voluntária e verticalizada, na maioria das vezes ligada a uma ideia de retribuição religiosa. Essa organização e ocupação dos espaços públicos propiciaram no ano de 1993, a instalação do Fórum Nacional de Estudos Sobre População em Situação de Rua e em 7 de Setembro de 1995, o chamado Grito dos Excluídos, momento que simbolizou a luta dos moradores de rua por direitos e a busca de cidadania. Ressalta-se que o grito dos excluídos irá para a vigésima quinta edição em 2019 e reúne além de moradores de rua, outros considerados excluídos, como: negros, indígenas, quilombolas e diversos movimentos sociais.

Apesar da movimentação no início dos anos 90, poucos focos da luta do morador de rua pelo reconhecimento social apareceram até o início de 2001, quando ocorreu a primeira marcha da população de rua. Três anos depois, em 2004, ocorreu o massacre da Praça da Sé em São Paulo-SP, momento trágico onde sete moradores de rua foram mortos e mais oito ficaram feridos. Com isso, se desencadeou a organização política desse grupo populacional que acarretaria na criação do Movimento Nacional da População de Rua. (BRASIL, 2011)



No ano de 2005, aconteceu o lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), movimento de caráter claramente transversal, com lideranças em várias cidades do Brasil, demonstrava a organização e participação política de moradores de rua por todo o país. Suas pautas eram e ainda são sobre: politização, apoio socioassistencial, segurança, saúde, respeito a vida e à dignidade do morador de rua. Ainda naquele ano, o então Ministério do Desenvolvimento Social realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua que estabeleceu as bases para uma política pública voltada para essa parcela da população brasileira e em 30 de dezembro de 2005 é aprovada a lei Nº 11.258 que estabelece a criação de programas específicos para população em situação de rua no Brasil, alterando a Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 e inserindo moradores de rua nas práticas da Assistência Social brasileira. (BRASIL, 2011)

Em Decreto Presidencial, foi instituído em 2006 o Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) envolvendo Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Cultura e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, além da sociedade civil. E, em 2007 iniciou-se a elaboração da Política Nacional para População em Situação de Rua, apoiada por uma pesquisa nacional de caracterização dessa população realizada pelo MDS em 2008, ocorrendo, então, a publicação da política no ano de 2009, que busca garantir de forma integral o acesso às políticas públicas e direitos a esse público.

## **1.2 Políticas públicas: sobre o lugar que ocupo na rede socioassistencial.**

Tendo em vista essa demarcação histórica, faz-se necessário explicitar a definição de população em situação de rua para as políticas públicas brasileiras, local em que me insiro, e a trama institucional que ela permeia na cidade de Aracaju. Em 23 de dezembro de 2009, foi instituída a Política Nacional para População em situação de rua pelo Decreto nº 7.053 da Casa Civil da Presidência da República, em que, no Art. 1º, parágrafo único, delimitou-se à definição pelo qual seria identificada essa população para as políticas públicas brasileiras:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Devo deixar claro que, conforme experiências de trabalho e encontros vividos, tal definição opera em cima das faltas presentes na vida de moradores de rua. Essa vida que na rua se percebe é muito mais do que as faltas evidenciadas, suas experiências, alegrias e dores produzem e permitem pessoas que superam e vão muito além dessa definição. É uma vida-outra, uma vida infame que carrega em seu corpo e em sua história as marcas da ruptura com o instituído e estabelecido socialmente. Em “A vida dos homens infames”, Foucault (2006) irá destacar a vida infame como aquelas “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que não sobrevivem senão do choque com um poder que mais não quis que aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que a nós não tornam a não ser pelo efeito de múltiplos acasos”

Talvez para falar em política pública depois da ideia de infâmia, caiba falar de como a política pública é uma forma de tentar gerir a vida, e que é essa a dimensão do embate com o poder, que as políticas públicas criam o registro, talvez o único que essas vidas terão. E como produzir outros? A Política Nacional objetiva estabelecer direcionamentos para a reinserção da população em situação de rua ao núcleo familiar e comunitário, orientando serviços e profissionais quanto aos direitos sociais desse público (GIBBS & AMAZONAS, 2015, p. 6), que passou a usufruir de direitos anteriormente negados, como o programa Bolsa Família, para transferência de renda à famílias e indivíduos de baixa renda, e o Benefício de Prestação Continuada, também conhecido como BPC, que garante a transferência de um salário mínimo para a pessoa idosa e à pessoa com deficiência de qualquer idade (BRASIL, 2015a; 2015b).

Ao mesmo tempo, serviços especializados em atenção a este público começaram a surgir nos diversos municípios do país, pertencentes às Políticas Públicas de Assistência Social e Saúde. No município de Aracaju, no âmbito da Assistência Social, podemos verificar a presença do serviço especializado em abordagem social: possui a finalidade de identificar, por meio de busca ativa contínua e programada no território de abrangência, a incidência de pessoas em situação de

rua, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes. Deve nortear seu trabalho na resolução de necessidades imediatas e inserção na rede socioassistencial e de outras Políticas Públicas (BRASIL, 2009b, p. 31). Em Aracaju, em governos passados, foram feitas tentativas de ligar esse serviço a uma postura higienista, na qual, em minha própria experiência de trabalho, a Gerência dos serviços socioassistenciais tentava incumbir a retirada de pessoas das ruas ao serviço de abordagem, bastando que o residente de alguma região da cidade entrasse em contato com a Secretaria a reclamar de moradores de rua em seu entorno, porém, esse tipo de demanda sempre encontrou a resistência de trabalhadores quanto a real função da abordagem social. As várias recusas quanto a seguir determinada postura divergente do que o serviço propõe, levaram a uma diminuição de ocorrências desse tipo de pedido.

Há situações em alguns casos encontrados, como os de trabalho infantil e de famílias com crianças nas ruas que acabam por ser judicializados<sup>12</sup> quando as opções presentes na rede intersetorial são esgotadas, sendo esses casos trabalhados dentro do Centro Pop com a perspectiva de manutenção do poder familiar e o empreendimento de benefícios como o auxílio moradia e articulação da família extensa para cuidado e atenção à criança e/ou adolescente.

Serviço especializado para pessoas em situação de rua: com a finalidade de desenvolver sociabilidades na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, foca-se na construção de novos projetos de vida. É o serviço executado de maneira obrigatória no Centro Pop, que entrarei em detalhes mais adiante. (BRASIL, 2009b, p. 40); Serviço de acolhimento institucional: abrigamento em diferentes tipos de equipamentos e modalidades, que se destina a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados (BRASIL, 2009b, p. 44).

No âmbito da Saúde, podemos citar o Consultório na Rua que consiste de equipes de saúde móveis que prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, compostas por profissionais de variadas formações acadêmicas, que atuam de forma itinerante no território de abrangência (BRASIL, 2016). Estes serviços compõem a rede especializada de acompanhamento dos moradores de rua de

---

<sup>12</sup> Os processos de Judicialização são explicados por Lilia Lobo (2012) como mecanismos de expansão do judiciável, que irá funcionar como uma maneira de administração daqueles considerados vulneráveis.

Aracaju. Falamos em rede especializada, pois, destacamos aqueles serviços cujo trabalho e especificidades de ações diárias são voltados nomeadamente a esse público, porém, não podemos deixar de citar o Programa de Redução de Danos<sup>13</sup> e os CAPS<sup>14</sup> do município que também acompanham as ditas pessoas em situação de rua. Com isso, é possível compreender um pouco do território e a rede de serviços institucionais que atravessam a realidade do morador de rua no município em questão. Demarco o Centro Pop como o lugar que ocupo na rede de serviços socioassistenciais e que me proporcionou inúmeras experiências de vida com o público em tela.

Com o objetivo de proporcionar um serviço especializado para moradores de rua, foi criado no âmbito da Assistência Social o Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) encarando assim que a população de rua não pode ser idealizada como algo que se faz e desfaz nas entrelinhas da sociedade, mas um problema que necessita de serviços especializados para seu controle, acompanhamento e resolutividade de suas demandas.

Configura-se como uma unidade de referência da Proteção Social Especial, um dos níveis de proteção da Assistência Social brasileira e responsável pelos casos de violações de direitos em geral, o Centro Pop irá focar sua atuação especificamente em moradores de rua, ofertando de forma obrigatória o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2011, p. 41) e, conforme avaliação da gestão local, o Serviço Especializado em Abordagem Social.

Por compreender que o acesso físico dessa população ao equipamento precisa ser facilitado, o Centro Pop deve ser localizado, preferencialmente, na região de maior concentração e trânsito de moradores de rua, que geralmente trata-se da região central do município, local em que é mais fácil conseguir trabalhos informais, encontrar e coletar materiais recicláveis, onde o lixo possui maior valor, onde é mais fácil efetuar refeições, onde é possível se valer das inúmeras marquises para se abrigar e passar a noite, no qual o grande fluxo de pessoas oferece melhores chances

---

<sup>13</sup> Conjunto de políticas e práticas que visam a diminuição dos efeitos nocivos acarretados pelo uso de substâncias psicoativas, a partir da utilização de estratégias que reduzam as consequências para a saúde, vida social e financeira, entre outros aspectos da vida do usuário de drogas lícitas e/ou ilícitas. Vale ressaltar que em 11 de Abril de 2019 a Presidência da República assinou o decreto 9761, que modifica a política nacional sobre drogas e instaura a abstinência como objetivo principal da política e retoma práticas manicomiais para o âmbito do Sistema Único de Saúde, o que acaba com o princípio de cuidado denotado pelo programa de redução de danos.

<sup>14</sup> Centros de Atenção Psicossocial, são serviços substitutivos aos de hospitais psiquiátricos que visam o cuidado e atenção aos usuários acometidos por afecções psiquiátricas sem retirá-los da comunidade em que vivem. Funcionando em cima da lógica antimanicomial.

na prática do manguêio<sup>15</sup>, mendicância e até mesmo para o cometimento de atos considerados ilícitos.

O Centro Pop visa a produção de uma normatividade que objetiva determinado modelo de reinserção social, e o serviço especializado para pessoas em situação de rua irá trabalhar sociabilidades, fortalecimento e construção de vínculos interpessoais/familiares, analisar a demanda dos usuários, articular a rede intersetorial, para e a favor do reestabelecimento de um modo de vida estabelecido e aceito pela sociedade, gerando maneiras de propiciar autonomia, mobilização e participação social, devendo se estabelecer como referência no território para o convívio grupal. Para dar vazão a isso: é realizada no serviço a oferta de refeições do café da manhã, tickets para almoço no restaurante popular Padre Pedro, espaço para higienização pessoal, apoio na retirada de documentação civil, encaminhamentos para outros serviços da rede conforme escuta qualificada de cada caso, com e sem acompanhamento, atividades lúdicas e esportivas, efetuação cadastral no Cadúnico, responsável pela organização e acesso ao programa bolsa família, dispensa de alguns benefícios eventuais da assistência social e itens de uso cotidiano, entre outras ações que venham a surgir na rotina diária.

Tal serviço enfoca determinados eixos norteadores para o seu empreendimento adequado, que salientarei de acordo com suas Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 68). O primeiro desses eixos é o da ética e respeito à dignidade e diversidade, que deve surgir na forma de uma postura profissional não discriminatória, sem restrições quanto às características sociais, econômicas ou de qualquer outro tipo, propiciando uma acolhida focada na vinculação e aceitação do outro. Apesar dessa prerrogativa, a não vinculação e não aceitação do outro ocorrer quase que diariamente, é difícil a manutenção de uma atmosfera de aceitação da alteridade diante da exacerbação de violências distintas que ocorrem no serviço, seja de forma institucional, em que o fantasma da falta estabelece a manutenção do conceito de situação de rua, ou de forma particularizada com o desgaste das relações diárias entre funcionários e usuários do serviço.

O segundo eixo é o da atenção especializada e qualificação do atendimento, no formato de acompanhamentos personalizados e adequados a cada

---

<sup>15</sup> Forma distinta de se relacionar com a alteridade que possibilita, por meio de sua história de vida e criatividade, ao morador de rua aquisições que não conseguiria de uma outra forma.

usuário ao reconhecer suas singularidades e situações vivenciais, assim como a formação e capacitação continuada da equipe, que deve respeitar o protagonismo e autonomia dos usuários em suas decisões e respostas. Devo dizer que há raridade no desenvolvimento de formações e capacitações, raridade que é constantemente criticada por trabalhadores dos serviços da Assistência Social municipal de Aracaju e que engendra o endurecimento de práticas e adoecimento psíquico de funcionários.

No terceiro eixo, do acesso a direitos socioassistenciais, os profissionais do serviço e suas ações devem estabelecer o reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos e visar a identificação das possibilidades advindas das leis brasileiras para propiciar a superação da situação vivenciada, permitir a informação e disseminação do conhecimento sobre seus direitos e de que maneira os acessar. A atuação do corpo profissional do Centro Pop é pautada na informação e garantia de aquisições para os usuários, por mais que a insuficiência de recursos e uma retaguarda melhor estabelecida dentro da própria rede imponha em uma gerência constante do que é possível.

No quarto eixo, do trabalho em rede, busca-se a integralidade da proteção social para a pessoa em situação de rua, que somente é possível a partir do trabalho em rede intersetorial. Os profissionais devem buscar articulações de serviços de forma permanente a fim de aquisições progressivas e um maior leque de opções disponíveis para o usuário. Definem-se competências e fluxos das organizações para melhor distribuição e percurso das demandas na rede intersetorial. Apesar disso, os fluxos intersetoriais carecem da devida importância, e muito se perde nas articulações de um setor para o outro, da assistência para saúde, e vice-versa, por exemplo: fluxos dentro da própria Assistência Social entre níveis de governo diferenciados (Estado e Município) precisam ser refeitos constantemente para não emperrar a prática diária.

Quinto eixo, da relação com a cidade e a realidade do território. Os espaços públicos da cidade e a relação que as pessoas possuem com eles influenciam diretamente na forma de viver de moradores de rua, na identificação dos locais de maior concentração, por quais motivos, como se adaptam a realidade local e como a cidade se adapta aos moradores de rua. Estes são alguns dos fatores importantes para compreensão da situação de rua e de importância para a atuação profissional, e é onde podemos observar a repressão, discriminação e/ou apoio social, porém, tende

a pender para os atravessamentos e conservadorismo social. Situação presenciada no primeiro endereço pelo qual o Centro Pop passou e passa em sua atual sede.

O serviço no sexto e último eixos, da mobilização e participação social, deve se caracterizar não apenas como um local para aquisição de direitos e benefícios, mas um espaço para promover a mobilização social e pensamento crítico, em que a participação e movimentação política deve ser cultivada e sustentada, e dessa forma é oportunizado o enfrentamento coletivo da situação de rua, representação em conselhos e conferências nos espaços que ocupam, seja ele da saúde, assistência social, educação ou qualquer outra pasta. Esse é um dos objetivos da luta do movimento social, o que não deixa de ser ativamente fomentado dentro dos espaços do Centro Pop pela equipe de profissionais, que acontece por meio da mobilização e busca por liderança política em meio ao público atendido.

Diante disso, o Centro Pop deve se configurar como um espaço livre de julgamentos, não discriminatório, adequado para a prática de sociabilidades, produção de autonomia e vínculos sociais/familiares, objetivando a reinserção social de um usuário destituído de direitos e reconhecimento, indo além do enquadre de benefícios socioassistenciais e ofertas de caráter concreto. É claro que, devemos considerar tanto o Centro Pop quanto outros desses serviços mencionados como uma maneira de exercer determinada forma de governar que também é responsável pela produção desses sujeitos que hoje moram nas ruas. Apesar de ter um caráter transversal, o próprio Centro Pop também finda na continuidade de atravessamentos históricos.

### **1.3 Biopolítica e Necropolítica.**

A partir dessa concepção e remonte sócio-histórico dos moradores de rua podemos adentrar em algumas de suas facetas, como o biopoder, que, operando a partir de uma lógica de produção de um modo de sociabilidade capitalística produz, como parte de seu projeto, pessoas em situação de rua.

Em 1974, na atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Foucault mencionou a biopolítica pela primeira vez no curso 'O nascimento da Medicina Social'. Nesse curso, efetuará uma ligação entre as práticas e discursos da medicina social a produção de corpos úteis e dóceis. Já em 1977, no seu livro: História da sexualidade I - A vontade de saber, Foucault discorreu sobre esse conceito que ele chama de

biopoder, uma forma de exercer o poder, onde, o antigo poder soberano, aquele que possuía o direito sobre “fazer morrer” e “deixar viver” será enveredado pela administração de corpos e gestão da vida, o “fazer viver” e “deixar morrer” do biopoder. Essa mudança na dinâmica de exercício do poder se põe como um elemento de importância para o desenvolvimento do capitalismo que, segundo o autor, (1977, p. 131) só poderá ser garantido “à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. ”

Foucault, em sua obra, evidencia que o poder não se restringe ao Estado, não funciona como um poder centralizado, ele é exercido a partir de dispositivos, mecanismos, que atravessam a sociedade como um todo, uma rede de micro poderes que se articulam com o Estado. Instituições como as escolas, as prisões, a ciência, a família, a saúde, entre muitas outras, exercem esse poder de forma articulada com o Estado e produzem determinada forma de sociabilidade, produzem um sujeito que legitima uma forma de existência voltada para a produção e manutenção de riquezas, voltado para a lógica produtiva capitalista. O poder não se encontra em um local, mas provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1977, p. 89).

É dito pelo autor, que essa forma de exercício de poder necessitava de métodos de controle minuciosos do corpo. É então que no século XVII surgem as chamadas disciplinas, dispositivos de poder que asseguravam a sujeição das forças, docilidade e utilidade dos corpos para que operassem de maneira que pudessem viabilizar a governamentalidade, indispensável ao fortalecimento político dos Estados Modernos. Foucault se utiliza do dispositivo panóptico, de Jeremy Bentham, para pensar a tecnologia disciplinar como aquela que permite a vigilância constante dos sujeitos e estabelece a permanência dos efeitos do poder, mesmo com a intermitência de seu exercício. “Nesse sistema, os indivíduos internalizam o olhar disciplinar com uma força de verdade tal que eles não só o exercem face aos seus semelhantes, mas em relação a eles mesmos.” (MORAIS, 2015, p. 61)

Assim, segundo Foucault (1977), há uma transformação na dinâmica dos mecanismos de poder no século XVIII, em que o poder soberano é substituído por um poder que produz e gera formas de vida, que a vida passa a ser algo privilegiado. O biopoder, esse exercício de poder sobre os corpos em que se passa a investir na manutenção e valorização da vida em prol da expansão de forças produtivas e



ajustamento da acumulação das pessoas à do capital, se coloca como indispensável para manutenção do capitalismo. O autor também cita a tomada da vida na história como objeto de intervenção do Estado, alvo da gestão governamental, como outro fenômeno de importância para o desenvolvimento do capitalismo no ocidente, vida compreendida por Foucault como os fenômenos próprios à vida da espécie humana.

É no século XVIII que o homem se reconhece como pertencente a uma espécie e possuidor de um corpo, e é nesse século que se decidiu passar as pessoas para o campo dos estudos, tornando-o objeto. E essa tomada é inaugurada na forma de membro de uma espécie, parte de uma população. Com isso, surge a necessidade da preservação, o “deixar viver” do poder soberano, a representação de um poder que permitia ou não a vida das pessoas, dá lugar ao “fazer viver” onde a preservação da vida é potencializada, vida entendida por Foucault como Bios, porém tudo aquilo que de alguma forma ameaça esse projeto de população produtiva é esquecido e deixado à mingua. A biopolítica emerge como dispositivo de gestão que irá se ocupar dos processos de quantificação e descrição do corpo humano enquanto espécie, e em sua função surgem novos saberes, novas formas de saber-poder que possibilitam uma melhor administração do corpo e das pessoas, da massa populacional. Circunscreve-se nesse período um olhar esquadrihador para as massas e sua quantificação demográfica, assim como a produção e utilização de saberes como a Matemática e Medicina para controlar e administrar esses corpos massificados, dessa forma:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. Este não estará mais somente a voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo. (FOUCAULT, 1977, p. 133)

O biopoder se estabelece como um poder que administra o corpo e a população, exercendo ao mesmo tempo, seus efeitos de forma disciplinar sobre o corpo e regulamentador sobre a população. Para isso, é feito o uso das normas que mediante esse diálogo entre o biológico (população) e orgânico (corpo) produzem uma

sociedade da normalização na qual o biopoder irá penetrar na vida como um todo. (FOUCAULT, 2005, p. 302)

A prática do biopoder irá dar vazão ao surgimento da norma, como um mecanismo que regula e corrige os modos de existência de forma contínua. A norma é aplicável ao corpo individual (com a disciplina) e a massa populacional (com a regulamentação), para o autor (FOUCAULT, 1977, p. 135), uma sociedade normalizadora apenas é possível como efeito de um poder centrado na vida. É uma sociedade que se utiliza da disciplina e da regulação para definir existências normativas, que se enquadram nas exigências de economia de um mercado capitalista. É um controle da pluralidade e do tipo de sujeito que é produzido na sociedade.

É através da disciplina que o normal irá se constituir, que as práticas desviantes do considerado normal serão punidas, o poder disciplinar hierarquiza e exclui, onde ações, desempenhos e comportamentos são comparados, quantificados, qualificados e estabelecidos como diferentes daquele que é esperado e valorizado. Transforma em anormal tudo aquilo que não é considerado normal. A norma irá comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar, assimilar e excluir os sujeitos na prerrogativa de normalizá-los. Tanto o poder disciplinar quanto a biopolítica são estratégias de uma sociedade de controle alicerçada no biopoder.

Considera-se na biopolítica então que, o que foi homogeneizado, que se adequa à normalidade social e às demandas de um mercado financeiro focado na acumulação do capital deve ser potencializado, é o efeito do “fazer viver”, valendo ressaltar que não é um efeito que atinge a tudo e a todos, mas aquilo e aqueles que se encontram inseridos na norma. O grande ponto desse exercício de poder é que o “deixar morrer” instaura-se com facilidade e abandona rapidamente o que é considerado anormal. Podemos verificar o “deixar morrer” quando observamos as práticas do Estado para determinadas parcelas populacionais, como é o caso dos moradores de rua.

O fazer viver e deixar morrer como práticas constitutivas do biopoder, requerem uma posição mais passiva do exercício de poder quando se trata do ato de matar, é deixar morrer e não fazer morrer. São enquadrados no deixar morrer aqueles que são relegados às zonas periféricas da sociedade, são deixados de lado e vilanizados por todo um aparato social e Estatal. Para Foucault, o desenvolvimento

de uma sociedade moderna voltada para a racionalidade liberal dá pleno sentido ao uso dessas tecnologias de formatação, controle do indivíduo e população em um sistema de produção e relações capitalistas.

Em aulas ministradas no Collège de France em 1976, e que podem ser encontradas no livro 'Em defesa da Sociedade', Foucault (1999, p.304) estabelece o racismo como mecanismo que possibilita ao biopoder homogeneizar, assimilar, excluir e deixar morrer, não apenas inimigos do Estado, como também seus cidadãos. O racismo teria se inserido como um mecanismo tão fundamental da sociedade moderna que praticamente todo o seu funcionamento perpassaria pelo racismo, que evidencia uma padronização, normatização e homogeneização biológica que fazem parte de um projeto de sociedade.

É o racismo que estabelece o corte entre quem deve viver e quem deve ser deixado para morrer, que fragmenta a espécie humana e distingue raças, as qualifica e hierarquiza. É a partir dele que se estabelece uma relação de positividade na ideia de que para viver é preciso que o outro morra:

De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 1999, p. 305)

O racismo permite ao biopoder extinguir os perigos internos e externos da/para população. É a condição indispensável para retirada de vidas e exercício do direito soberano de matar a partir do exercício da biopolítica. Vale ressaltar que não se circunscreve aí apenas a morte de forma direta; o assassinato de maneira indireta também é incluído na forma de exposição e multiplicação dos riscos de morte para determinadas parcelas populacionais, até mesmo a morte política, a marginalização social, expulsão, rejeição, sendo essa a definição do “deixar morrer” na acepção de Foucault. O racismo moderno, segundo Foucault, é evidenciado como mecanismo do biopoder sempre que é necessário condenar à morte ou isolar pessoas e grupos, é assim com a criminalidade, com a loucura e tudo aquilo que é considerado anormal.

O racismo como instrumento e técnica do poder. Em um relato do meu diário de campo podemos encontrar os efeitos que esses processos de exclusão causam até mesmo na ida ao enterro de um amigo:

*O usuário que falecera no final de semana foi identificado. Tratava-se de uma pessoa frequente no serviço, sua família foi encontrada e providenciou o enterro que aconteceu no cemitério São João Batista e, muitos usuários expressaram vontade em comparecer. Porém, solicitaram o veículo do serviço para ir e retornar, mas naquele momento seria possível apenas levá-los, havendo uma recusa de ir até o enterro sem o retorno garantido com o veículo que dispomos. Não sei o que pensar sobre isso. Vários de nossos usuários andam por toda a cidade, geralmente a pé, então, qual seria a real necessidade de ir e retornar do enterro com o veículo do serviço? Talvez para não serem rechaçados pelos familiares? A dúvida ficou em minha cabeça, e mesmo tentando convencê-los da ida, preferiram ir até o CAPS AD, que fica no caminho para a praia de Atalaia, e ir com o veículo daquele serviço, que poderia ficar para acompanhá-los no retorno. Essa necessidade de um acompanhamento oficial traz à tona questões como o preconceito e uma possível falta de autonomia. (Fragmento do diário de campo. 19/07/2017)<sup>16</sup>*

Pensemos em como o acompanhamento oficial, oriundo de um serviço socioassistencial ou da saúde, como aconteceu, traz consequências para esse momento na vida dos usuários. Ir por conta própria poderia significar ser reconhecido como um “vagabundo”, um qualquer, perante os familiares do amigo que morrerá, significaria sentir-se acuado, sem espaço para estar ali, enquanto que a ida acompanhada de profissionais poderia funcionar como uma “muleta” que possibilitaria estar presente sem a expectativa de ser rechaçado, como alguém que busca para si a normalidade da biopolítica.

Essa estratégia nos remete à noção de Foucault (1977) – de vida infame - já apresentada nesse trabalho e que retomamos nesse momento:

---

<sup>16</sup> Retirado do diário de campo sobre a pesquisa ou oriunda de relatos de moradores de rua, para demarcar esse tipo de conteúdo utilizei o texto de forma recuada, em itálico, com espaço entre linhas de 1,5 em todas as próximas citações originárias dessas fontes.

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos. [...] Mas o recoleto apóstata, mas os pobres espíritos perdidos pelos caminhos desconhecidos, estes são infames com a máxima exatidão; eles não mais existem senão através das poucas palavras terríveis que eram destinadas a torná-los indignos para sempre da memória dos homens. E o acaso quis que fossem essas palavras, essas palavras somente, que subsistissem. Seu retomo agora no real se faz na própria forma segundo a qual os expulsaram do mundo. (FOUCAULT, 2006, p. 210)

Para o autor, essas são as vidas não-famosas, que não possuem lugar na história, negadas de qualquer tipo de glória. São vidas que foram rechaçadas pela sociedade, negadas por um processo de subjetivação normativo, são essas vidas que o “deixar morrer” do biopoder irá fadar ao esquecimento. O “deixar morrer” então, pode ser analisado como um mecanismo que produz a negação de existências “anormais”. Vidas-outras, possibilidades de vida que prevalecem fora da homogeneidade normativa, que em sua existência por si funcionam como analisadores naturais dessa sociedade normativa, e os moradores de rua, como apresentados até o momento, são exemplos dessa vida-outra. É como me foi dito por um daqueles que acompanho no Centro Pop desde o momento da minha inserção no serviço:

*Na rua posso ser eu, dentro de casa não posso fazer o que quero, ser quem eu sou.* (Fragmento do diário de campo. 03/08/2018)

Apesar de estigmatizados, de vivenciarem a infâmia e ingloria, a rua permite a constituição de um sujeito da escapada que se percebe livre das normas sociais que produzem o sujeito normativo da sociedade moderna e capitalista, porém, ele finda por ser sujeitado<sup>17</sup> ao “deixar morrer” e por vezes a um mecanismo de poder que ultrapassa e vai além de uma biopolítica, não como um substitutivo para esse domínio sobre a vida, mas como algo que se articula e funciona concomitantemente, que transforma o empreendimento passivo do “deixar morrer” em ação perpetrada de forma ativa pelo Estado, sociedade e Instituições.

O corpo torna-se um meio, um espaço de intervenção e de produção incessante para as técnicas de poder, e é nele que se produz a disciplina e o controle.

---

<sup>17</sup> O sujeito é entendido como um ser assujeitado, submetido a regras específicas que delimitam o seu discurso, visto que ele não é mais do que um “portavoz” dos discursos que o antecederam e os sentidos que veicula são o resultado dos discursos a que pertenceram.

Ele é tornado útil e dócil para que se torne instrumento de um sistema político-econômico que é capaz de desumanizar e retirar o status político dos sujeitos afim de determinar suas mortes quando lhe convém. Mbembe (2018) a partir de uma reflexão acerca do biopoder e de seus diferentes efeitos no capitalismo neoliberal batizará de Necropolítica esse exercício de poder que irá reduzir sujeitos ao biológico e desumanizá-los, que torna a passividade do deixar morrer em empreendimento massivo, traz uma característica de atividade, e que é importante ressaltar que se trata de uma prática biopolítica da periferia do capitalismo, operando o extermínio de grupos que são vistos como não possuidores de um lugar no mundo e no mercado neoliberal.

Quando pensamos no capital, não podemos perder de vista que há objetivos e interesses a serem descortinados por trás de cada ação onde há o uso excessivo da força e do sistema repressivo. Quando o corpo, útil e dócil, deixa de exercer sua função no sistema econômico, ele perde sua função, seu status político e sua possibilidade de existência a partir da desumanização e aniquilação.

Essa dinâmica fica mais clara quando pensamos nas notícias que vemos quase que diariamente nas redes de notícias de nosso país, como os voos rasantes de helicópteros da polícia e disparos de armas de fogo em forma de rajada contra o complexo do São Carlos na zona norte do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2019; como a forma truculenta e desordenada pela qual o governo de São Paulo decidiu acabar com a chamada Cracolândia em maio de 2017, ao empregar mais de 900 policiais e força excessiva no intuito de um dito retorno da produção e comércio na região, dentre vários outros casos que se espalham por todo país, não por acidente ou coincidência, mas, como uma forma específica de governo e reação da população a quem fere a normatividade. Sigo com um relato de fato acontecido em Aracaju e coletado em meu diário de campo:

*Pouco depois do meio dia um de nossos usuários, chocado com o que acontecera de madrugada, relatou ter presenciado uma dupla de vigias noturnos (vigilância privada) disparar arma de fogo contra morador de rua conhecido do equipamento, ter visto o sangue manchar a calçada enquanto a vítima implorava para que o deixassem ir, e o arrastaram para a praça da Catedral, conhecida pela concentração de violência noturna como um dos piores locais para ficar durante a noite, e lá a vítima foi largada. Com medo de se aproximar, chamou o SAMU e esperou, mantendo distância por cerca*

*de uma hora. Porém, naquele período o SAMU não apareceu e decidiu sair da área com medo de que algo acontecesse a ele. Procuramos informações do paradeiro da vítima junto ao Hospital de Urgências de Sergipe, HUSE, mas não obtivemos sucesso, e o orientamos a procurar a Delegacia de homicídios. Importante ressaltar alguns detalhes do que aconteceu: os vigias implicados na ação são conhecidos por serem pagos pelos lojistas do Calçadão do Centro para salvaguardar a região de assaltos, furtos e depredações das lojas. Eles são conhecidos por nossos usuários pela agressividade com que agem, não sendo esta a primeira agressão contra a integridade física de moradores de rua; são pessoas que diante do poder que lhes foi concedido se sentem no direito de agir como acham necessário contra os ditos marginais pela sociedade. Apesar do SAMU muitas vezes demorar para atender pessoas em situação de rua, há uma normativa sobre o atendimento em casos de violência. A chegada do SAMU somente acontece após a chegada da Polícia Militar. Nenhum desdobramento do acontecido foi identificado ainda, mas serve como exemplo da higienização social que tanto é solicitada pela comunidade no entorno do Centro Pop, que coloca faixas em avenidas de movimento pedindo a retirada do serviço do local atual, que vai até a coordenação relatar que os usuários estão a sujar e fazer baderna na rua, que durante a madrugada agredem e fortalecem esse comportamento violento. A sociedade engendrada pela normatividade não aceita a população em situação de rua que subverte, modifica e transforma o cenário urbano cotidianamente. (Fragmento do diário de campo. 18/05/2017)*

Em continuidade ao ocorrido, alguns dias depois descobrimos que quem recebeu os disparos de arma de fogo não havia sido quem pensávamos, porém o relato sobre ter sido um morador de rua estava firme. Procuramos em hospitais, delegacias, não encontrando nada sobre o ocorrido, e nenhuma notícia nos jornais. Nada além da memória de quem estava presente em mais uma noite enervante no Centro de Aracaju.

Esse tipo de relato demonstra bem a intencionalidade da necropolítica, a descartabilidade e a falta de importância que são dadas à vida considerada sem valor produtivo para o capital, vidas que não importam. “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é.” (Mbembe, 2018, p. 41) E dessa maneira a sociedade segue, não apenas excluindo aqueles que não mais são úteis, mas finda-os e os relega ao esquecimento. Não se trata apenas do ato de matar, mas de objetivar a desnecessidade de alguém,

excluí-lo de todo um conjunto de práticas e vivências, limitar suas opções e colocá-lo em um caminho de aniquilação. Tudo isso me remete a um fatídico dia no Centro Pop, dia em que as dores e tristezas de uma trajetória de vida vulnerabilizada e atravessada pela conjuntura vociferou as violências e o desgaste físico/emocional de ser considerado descartável.

*A manhã começou como nos dias anteriores: abertura do serviço, preparativos para o momento de refeição dos usuários, e, enquanto organizava os tickets para o Restaurante padre Pedro ouvi os gritos de uma briga na recepção. Não me preocupei. Os guardas do serviço logo resolveriam a situação separando os envolvidos.*

*Ao subir para observar o momento da refeição, fui chamado por alguns usuários que informaram sobre um dos envolvidos na briga, um jovem de apenas 21 anos, que chamarei de Alan, conhecido na Assistência Social do município por ter sido abrigado durante sua adolescência e que pude conhecer em 2013, quando trabalhara na Casa de Passagem municipal. Segundo os usuários, ele pretendia tirar sua vida enforcando-se no banheiro. Com a noção da situação corri para procurar Alan que conversava com um dos Guardas, pessoa com quem ele criou uma boa vinculação e que fora informado da situação por outro usuário. O Guarda tentava convencer Alan a ceder qualquer item que pudesse ser utilizado para tentar o ato de suicídio, entrei na conversa juntamente com Assistentes Sociais que possuíam boa vinculação com o rapaz, tentamos convencê-lo a desistir da tentativa e irmos para a Urgência Mental do Hospital São José. Em vão, Alan não queria conversar. Senti-me impotente, e em um momento de descuido da equipe ele conseguiu chegar até o banheiro e se trancar. Corri para o basculante para tentar conversar e convencê-lo a abrir a porta, e pude ver Alan preparar um tecido que ele usaria como corda. Chamei sua atenção, mas ele não me deu ouvidos. A sensação de impotência cresceu ainda mais dentro de mim e como equipe solicitamos que Guardas e usuários forçassem a porta para entrar.*

*Enquanto chamava sua atenção para dar tempo da porta ser aberta, pude ouvir a voz de Alan enfraquecendo. Apavorado, pensei que aquele momento seria o último dele. Logo em seguida a porta foi aberta, conseguiram retirar as dobradiças e entrar, cortaram a corda improvisada que foi utilizada e o retiraram do banheiro. O Samu já havia sido acionado e Alan foi temporariamente internado na Urgência Mental do Hospital São José.*

*Isso me leva a pensar sobre o que é a rua, o que chega até as ruas e os efeitos produzidos nas pessoas. O que é ser tratado como o refúgio humano,*



*ser tratado como dispensável perante sua existência? O que implicam esses atravessamentos? Alan vem de uma história de violência familiar, uso de drogas, abrigo, retorno para a família estendida, situação de rua, prisão e de volta para as ruas. Sofreu uma facada na semana passada que, enquanto dormia atentaram contra sua vida, fez amigos na rua, contudo, um número maior de inimigos e a todo instante a violência das ruas se expande ao seu redor. Com a briga de hoje, sofreu ameaças e decidiu, em suas palavras, que tiraria sua própria vida antes que alguém o fizesse. Antes que alguém o faça significa estar sempre à espera daquilo ou aquele que venha a ser o seu fim. Como conviver com a sensação de aniquilação constante? O efeito que essa manhã produziu em profissionais e usuários irá reverberar por tempo indeterminado. Pude ver nos olhos de meus colegas as lágrimas, o desespero advindo da impotência, a fragilidade e vulnerabilidade da existência, e, acima disso tudo, a ineficiência de um saber especializado perante questões que mexem em toda uma conjuntura de violência, vida e existência nas ruas. (Fragmento do diário de campo. 02/08/2017)*

É possível nesse relato reconhecermos o conceito do Homo Sacer, a vida nua, descrita pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2007). Esse conceito representa a vida indigna de ser vivida, onde ela se localiza fora de um limiar de relevância política para o Estado e dessa forma ela se torna matável, "[...] existem vidas humanas que perdem a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu permanentemente todo o valor" (AGAMBEN, 2010, p. 133) é a partir dessa desvalorização que a vida do Homo Sacer é constantemente ameaçada de morte.

É dessa constância violenta que moradores de rua em Aracaju vivem seu cotidiano, mas para o filósofo além do limiar entre o relevantemente político e o matável ser definido pela sociedade em que vivemos, a história do ocidente percorreu um determinado percurso sócio-histórico e econômico em que esse limiar foi alargado e perpassa a vida de todo cidadão e de toda vida humana.

Foi possível perceber nesse capítulo como as instituições constituídas ao longo da história de nosso país, permitiram e atualizaram determinadas formas de pensar e enxergar a alteridade, além dos mecanismos presentes na sociedade que estabelecem determinada forma normativa de existir. Esses atravessamentos se fazem presentes cotidianamente na vida de moradores de rua e desencadeiam maneiras específicas de relação entre os considerados "normais" e os considerados

“anormais” ou não importantes. Nessa dinâmica, o peso desses atravessamentos se estabelece como um possibilitador de subjetividades interligadas à aceitabilidade da norma social e rejeição daquilo que se encontra fora do limite do aceitável por essa norma vigente.

## **CAPÍTULO 2 – Exclusão Social.**

Nesse capítulo, irei demarcar as noções de território e espaço, exclusão social e afastamento da sociedade que me permitem uma leitura interdisciplinar sobre moradores de rua no município de Aracaju, seus lugares na cidade, nas linhas e entrelinhas de uma sociabilidade capitalista que relega o morador de rua a marginalização social. Para isso, utilizarei de conceitos, relatos de vida e de experiência, além de escritos do meu diário de campo para estabelecer uma linha de raciocínio que possa absorver a experiência das ruas de Aracaju. É aqui onde os efeitos dos atravessamentos evidenciados no capítulo anterior são apresentados e discutidos.

### **2.1 Espacialização/territorialização da pobreza nas ruas.**

A rua será pensada nesse trabalho como espaço público em um meio urbano largamente caracterizado pela divisão de seus espaços privados, que funciona como um ponto de convergência e transição para os diversos sujeitos e modos de vida que habitam a cidade. Historicamente, por possibilitar a convergência entre o público e o privado a rua tornou-se uma extensão dos mercados e pontos comerciais que levavam suas mercadorias para o espaço das ruas e atraíam possíveis compradores que transitavam de um ponto a outro da cidade. Essas ruas desembocavam nas praças que serviam como ponto de expressão da vida pública, onde aconteciam manifestações, reuniões e rituais religiosos. (MORRIS, 1974)

Nesse espaço público da rua, seus moradores ganham a transitoriedade que as ruas possuem como qualidade, são afetados pela forma de utilizar essas ruas pelo grupo predominante (sociedade normativa, trabalhadora formal, com endereço domiciliar) ao mesmo tempo em que também afetam esse uso. Com uma dinâmica territorial que gira em torno de horários específicos e lugares oportunos, os moradores de rua possibilitam e são possibilitados à emergência de um território que não é seu, pois não há posse, e uma relação de poder estrito, entretanto o ocupa e convive com seu entorno pelo tempo que lhe é permitido.

Para compreender essa noção de território, vamos levar em consideração a fundamentação de Souza (2000, p. 78-79) que conceitua o território como sendo um

“espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, no qual a real questão, necessária para a compreensão desse espaço permeado por relações de poder, não se restringe às características geoecológicas, recursos naturais ou à forma de identificação de um grupo social e seu espaço. A pergunta específica que deve ser feita está em: como se dão as relações de poder que constituem esse espaço? Como essas relações de poder constituem modos de subjetivação, sujeitos e sujeitados nessa configuração espacial? “Quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”, “Quem domina ou influencia nesse espaço, e como?” Vale ressaltar que nesse ponto estão sendo mencionadas relações de poder em termos de dominação e resistência, e se trata da dinâmica de um processo sócio-histórico de disputa de poder em que para alguns não há decisão sobre suas possibilidades de vida além das que lhes foram permitidas.

Nessa direção de pensar a constituição dos espaços urbanos como a rua, é indispensável discutir a noção de território, pois é nele que as pessoas irão se relacionar, onde as políticas públicas irão se materializar, e é a partir dele que será possível desenvolver estratégias para a realização de ações e serviços. Backschat e Lanza (2014, p. 7) enfatizam como em 19 de setembro de 1990 o “SUS é regulamentado com a descentralização e gestão do sistema para os municípios. Nos anos seguintes, no âmbito do Ministério da Saúde, várias políticas são criadas tendo a tônica do processo de municipalização e valorização da dimensão territorial. ” As autoras ainda complementam que essa dimensão territorial estrutura e é fundamental para o Sistema Único de Saúde. Isso não é diferente para a Assistência Social, que na Constituição Federal de 1988 foi estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS a descentralização e territorialização de seus serviços.

Devemos levar em consideração que diferentemente do senso comum e do que muitas concepções acadêmicas dizem, o território não se restringe à ideia de “território nacional” como uma porção de superfície pertencente a um dado país e onde há um Estado exercendo soberania, mas, vai além dessa ideia e não se estabelece pela grandiosidade de sua escala, já que o território pode ser construído nos limites de até mesmo, uma rua.

Dessa forma, é necessário compreender o território como algo flexível onde ele é posto como um:

campo de forças, uma teia, ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre nós...e os outros...Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, podem, conforme já se indicara...formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 2000, p.86-87).

Assim, o território é compreendido como um campo de forças em determinado espaço onde as relações sociais incidem, onde é possível perceber a alteridade e as contradições em seu cerne, territórios que podem se formar da noite para o dia ou ao final de um entardecer. Essa noção de território parece-me bem pertinente para a aproximação da realidade de moradores de rua que, a partir dessa noção é possível verificar a formação de territórios flexíveis e com uma temporalidade. Um exemplo disso é a Caixa Econômica Federal, da avenida Barão de Maruim, aqui em Aracaju-SE que, pelo dia é um território dominado pela normatividade burocrática, exigida socialmente de uma atividade do setor financeiro; à noite, funciona como um território de moradores de rua. Sua grande marquise serve como proteção das chuvas, por ser um local mais exposto, iluminado, remetendo a uma sensação de segurança advinda do Banco, e atraindo moradores de rua que fazem do espaço território flexível, temporalizado, um subespaço (SOUZA, 2000), ao qual é dado o sentido de um dormitório.

Esses espaços sociais são permeados pelo que podemos chamar de subespaços, tratando-se de espaços sem um objetivo definido, que não possuem um uso determinado, que não lhes são dados valor pela sociedade, e são esses espaços subutilizados, espaços sobrantes, que o morador de rua é levado a ocupar. Sem uma função definida para a sociedade, subespaços passam a ser ocupados por aqueles estabelecidos como perigosos pela norma social. Assim, de forma atrelada, ao mesmo tempo em que perde o valor e o sentido de sua utilização por parte da sociedade inserida na norma, ganha sentido para aqueles que são deixados de fora.

Palombini (2015, p.151) considera que “a criação de um subespaço se dá pela realidade imposta tanto pelo sistema de valores quanto pela realidade da mobilidade social na cidade”, e existem em duas formas e condições distintas: a do subespaço que não é de serventia à sociedade, não possui uso público e se torna privativo ao uso de quem se encontra à margem da sociedade, ou seja, de pessoas

como o morador de rua, mostrando-se na cidade de forma quase permanente. Em Aracaju podemos exemplificar esse modelo com as áreas embaixo da Ponte Construtor João Alves e a praça da Cruz Vermelha, locais em que é possível verificar moradores de rua ao longo de todo o ano, em qualquer horário, e juntamente com eles, material coletado para reciclagem, utensílios para cozinha e itens para dormir. A outra maneira do subespaço se apresentar é sendo engendrado pela temporalidade e submetido ao comportamento de uso do espaço estabelecido pela sociedade normativa. São os territórios flexíveis, citados anteriormente, onde em determinado dia ou horário passam a ser subutilizados pela população em geral e aproveitados por moradores de rua ou quem deles precisar. Temos aqui diversas ruas, praças e marquises de lojas espalhadas pela capital sergipana, geralmente a circundar a região central da cidade.

É possível encontrar esses territórios flexíveis em muitas cidades pelo país, e em Aracaju isso não é diferente. Há pontos muito marcados e conhecidos pela população: o espaço do Centro, Catedral, mercado central e da Av. Ivo do Prado, popularmente conhecida como Rua da Frente, são alguns desses exemplos. Frequentados no período do dia pelo comércio e serviços estabelecidos, à noite tornam-se um outro território frequentado e modificado por outros agentes, no qual podemos verificar o uso de álcool e outras drogas, prostituição e comércio de drogas ilegais, afastando-se da ideia dominante e naturalizada que temos em nossa sociedade. Tanto a prostituição quanto o comércio ilegal de drogas podem ser considerados como as únicas atividades produtivas que restaram para determinados seguimentos populacionais, principalmente na periferia dos grandes centros urbanos.

Em 2014, quando ainda estava na coordenação do Centro Pop, surgiu uma situação envolvendo o Ministério Público que compreendia um desses territórios flexíveis:

*Naquela Ocasão, foi solicitado pelo Ministério Público Estadual que o Centro Pop realizasse um trabalho de afastamento dos moradores de rua, flanelinhas e pessoas envolvidas com prostituição da praça Olímpio Campos, local onde fica a Catedral de Aracaju. O motivo por trás desse pedido é de que uma vez na semana, durante a noite, realizavam-se cultos religiosos na Catedral e a presença daquelas pessoas estaria incomodando e atrapalhando aqueles que frequentavam o espaço religioso da Catedral. Minha posição como Psicólogo e então coordenador do serviço foi o de negar qualquer tipo de*

*intervenção voltada para retirada e afastamento dessas pessoas da localidade, levando em consideração que todos ali possuem o mesmo direito de estar ocupando aquele espaço, a condição social privilegiada de uns não poderia rechaçar e afastar o outro utilizando-se do poder do Estado.*  
(Fragmento do diário de campo. 17/07/2018)

De acordo com Souza (2000), além da temporalidade observada nesse caso, temos também a dimensão do conflito entre classes sociais díspares, atores que engendram e modificam o espaço social, o emprego da norma social, em que o Estado utilizou seu poder para tentativa de manutenção da norma. Assim, as pessoas interagem com o espaço, modificam-no, produzem valor e engendram um território, estando ele sempre demarcado em toda a espacialidade social. Dessa forma, todo território pressupõe um espaço social, que é permeado de atores que o modificam e engendram a partir das relações que ali se estabelecem.

Importante salientar como o Centro Pop se estabelece nesse território, atualmente localizado na Rua Laranjeiras, nº 984, Bairro Getúlio Vargas, nas proximidades do Centro de Aracaju, porém, desde a sua inauguração em 2011 se localizava no bairro São José, considerado um bairro tradicional com suas escolas de renome, clínicas médicas privadas de alto padrão, serviços públicos e afins. Próximo a serviços de grande valia para o trabalho realizado no equipamento, como: a Junta Militar, Cartórios Eleitorais, Defensoria Pública Estadual. Uma localidade excelente para o comércio legal/formal, não fosse a dinâmica de retirada e expulsão do serviço engendrada pela vizinhança do entorno. Não bastaria a não aceitação dos moradores de rua e do serviço, era importante retirá-los dali, foram realizadas reclamações por perturbação diretamente à Secretaria responsável pelo equipamento, que solicitavam nossa remoção do território. Além disso, lideranças comunitárias desenvolveram e circularam pela comunidade um abaixo-assinado que solicitava a mudança de local do equipamento. “Podemos compreender a cidade como um território de disputas permanentes, por ser ela produzida a partir da lógica do mercado, sendo produto e ao mesmo tempo espaço de produção. A cidade em si emerge da disputa.” (MARTINS, *et al*, 2017)

Rolnik (2015) especifica como a especulação imobiliária, planejamento urbano e uso das terras a funcionarem como estratégias de poder possibilitam a operação de mecanismos de inclusão e exclusão de grupos específicos e seu acesso

a determinados pontos da cidade. Então, essa cidade que é produzida a partir da lógica do mercado reproduz ativamente mecanismos do racismo de estado, como colocado por Foucault e explicitado no capítulo anterior.

Dessa forma, devido ao público acompanhado pelo serviço, considerados perigosos pela norma social, o Centro Pop recebe um tratamento correlato ao que os moradores de rua são submetidos, porém de uma forma branda, menos violenta, rechaçados pela vizinhança que enxergam os moradores de rua como marginais, no sentido pejorativo da palavra. Alvo de abaixo-assinado liderado por figuras importantes na vizinhança, dentre eles o padre responsável por cultos em uma igreja no bairro e que solicitavam a remoção do serviço daquele endereço, até o ponto de ser colocada uma faixa de desaprovação na Avenida Francisco Porto, uma das principais avenidas de Aracaju. Essa faixa afirmava o sofrimento pelo qual a comunidade passava por ser vizinha daquele serviço e apelava para que o então prefeito olhasse por aqueles que ali residiam, que articulasse seu poder político para possibilitar a remoção para um espaço distante, não exatamente de onde nos encontrávamos, mas, talvez, para uma localidade afastada de tudo e de todos, um não lugar.

*O ano era 2015 e lembro desse dia com um sentimento de amargor. Ainda na posição de coordenador, retornava para casa após reunião com a gestão dos serviços de assistência social. Quando recebi a foto da faixa via um desses aplicativos de mensagens instantâneas, não consigo precisar de quem exatamente recebi essa imagem, mas logo ela circulou entre grupos da gestão e profissionais da ponta<sup>18</sup>. Naquela época, a resposta da gestão foi uma busca incessante por um novo local para estabelecer o Centro Pop, não para suprir suas necessidades estruturais, que eram muitas, ou ter uma melhora significativa no serviço que é ofertado, mas para ceder as demandas da população que nunca enxergou o nosso público com bons olhos. Nesse instante, peguei-me refletindo sobre para quem exatamente está sendo ofertado meu serviço como psicólogo e coordenador. Seria essa a tão dita inclusão social objetivada por uma política pública de Assistência? Afastar da sociedade que se sente incomodada? Assistência Social para quem? Três anos mais tarde e o Centro pop agora se localiza em seu novo endereço, na rua Laranjeiras. São 7h da manhã. Acabo de estacionar meu veículo na*

---

<sup>18</sup> Como são chamados os profissionais alocados nos serviços públicos e que estão em contato direto com o público-alvo.



*porta do equipamento socioassistencial e logo sou abordado por um de nossos usuários mais antigos. Ele relata que moradores do pequeno prédio em frente ao Centro Pop jogaram pedras nos usuários que estavam do outro lado da rua. Quando aconteceu eram 5 h da manhã, e o pessoal aguardava a abertura do serviço. Impossibilitados até mesmo de esperar em via pública, a exclusão engendrada pela sociedade normativa, que aqui nesse território é hegemônica, se faz presente em qualquer momento. (Fragmento do diário de campo. 12/03/2018)*

## **2.2 Exclusão, uma questão social.**

Para entendermos a exclusão e o fenômeno da situação de rua utilizaremos Robert Castel (2010) que, de acordo com o autor, falar sobre exclusão, em princípio, é rotular alguém negativamente com as marcas da falta, estar excluído é uma situação-limite que por si não possui sentido. Portanto, afim de compreendermos a exclusão é necessário conhecermos o processo que a gerou, e assim, chegarmos em todos os vetores de força que a constituem. A exclusão se caracteriza, então, como o resultado de trajetórias de vidas distintas.

É interessante como a definição de população em situação de rua utilizada pelas políticas públicas brasileiras opera em cima das faltas, do negativo. A própria definição reitera a diferenciação entre aqueles que sobram e a população prevalente. Primeiramente ela exclui para então criar a possibilidade de dispositivos e organizações que executem sua inclusão.

A ideia de exclusão, atualmente, registra a ocorrência de situações em que há uma degradação em relação a uma posição social mantida anteriormente. Podemos exemplificar isso com a situação de um sujeito que depende de um trabalho precário (vulnerabilidade) para manter seu padrão de vida, no caso de moradores de rua, para manter sua sobrevivência, e que caminha para uma exclusão no momento em que é posto para fora dessa relação de trabalho. Em decorrência dessa configuração, é possível designar zonas da vida social que se distribuem de acordo com uma dita segurança na relação de trabalho e padrão de sociabilidades, onde:

Os 'excluídos' povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas o ponto essencial a destacar é que hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas. Sujeitos

integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de “exclusão”. (CASTEL, 2010, p. 27)

Compreende-se que os processos geradores da exclusão possuem origem na parte mais central dessas zonas, não nas periféricas. O que chamamos aqui de fatores de exclusão movem o sujeito para as áreas periféricas da sociedade, reconhecendo-se que o processo parte de um momento de equilíbrio outrora instável ou precário, uma vulnerabilidade, que se rompe e dá início ao processo de exclusão.

Podemos levar como exemplo dessa situação os casos de usuários que chegam ao Centro Pop. Como técnicos, ouvimos variados tipos de relatos. Um deles é persistente e se mantém em repetição. Histórias sobre a perda de um emprego, em que as necessidades mais primárias se tornam proeminentes, sendo necessário gastar o pouco dinheiro que resta em alimentação, e com isso vem a impossibilidade de manutenção do aluguel de um local para viver, indo parar nas ruas da cidade muitas vezes por não possuir uma rede de apoio social e familiar sólida, como também devido a outros fatores ligados à vida social acaba sem ter a quem recorrer. Em um curtíssimo período de tempo o sujeito é jogado de uma zona central da vida social para uma zona periférica de exclusão. Claro que a falta de emprego não é o único motivo para ida às ruas. Os motivos variam desde uma decepção amorosa, rejeição e desentendimento familiar, uso de álcool e outras drogas, entre outros fatores. Em Aracaju, muitos desses fatores se mostram como responsáveis pela não manutenção de um emprego, mas em seus discursos, moradores de rua evidenciam as possibilidades de saída das ruas e de aderir à norma social que um emprego lhes possibilitaria.

Apesar dessa ser uma situação recorrente, houve um caso no ano de 2017 que me fez pensar de forma mais profunda sobre isso. Um senhor, no auge de seus quarenta e poucos anos, nunca havia vivenciado a situação de rua, mas encontrava-se comigo na sala de acolhimento do Centro Pop por ter perdido seu emprego, não possuir parentes na cidade e não ter mais possibilidades de dar conta do valor de seu aluguel. Pensei sobre como também vivencio uma relação de trabalho precária, como amigos e familiares também o vivem, o quanto estamos vulneráveis à ruptura dessa vulnerabilidade e ali, sentado à mesa redonda de atendimento com um psicólogo ou assistente social, poderia vir a ser qualquer pessoa, inclusive eu, psicólogo,

mestrando, salariado, submetido a uma relação de trabalho precarizada pela instabilidade, e assim, vulnerável.

Vimos no capítulo anterior que a questão do governo é justamente criar estratégias de controle social, formas específicas de manutenção da ordem social, que objetivam gerir as massas e, por consequência, a miséria. Portanto, historicamente, governos focaram na questão da exclusão sem levar em consideração os processos que a desenvolveram, criaram-se estratégias de enquadre da exclusão, formas de combatê-la que se prendem à questão temporal e são adequadas a determinadas situações que foram designadas como momentos de crise, as chamadas estratégias de inclusão social. Apesar de seu mérito, na tentativa de reinserir sujeitos na sociedade, perdem-se de vista os motivos que levaram à exclusão, e, na maioria das vezes, enraíza o sujeito nas áreas mais periféricas das zonas sociais de precarização das sociabilidades e do trabalho. Essas zonas inflam substancialmente, e a atuação sob o processo gerador da exclusão é deixado de lado em detrimento da atuação sobre o seu resultado, ou seja, a atuação sobre as consequências da exclusão, diminuindo-as, mas sem extinguir o que gerou a exclusão, enraizando os sujeitos nessas zonas. Martins (2003) destaca que esse é um fenômeno inerente à estrutura social moderna, a chamada inclusão marginal. São dadas escolhas e possibilidades aos grupos e pessoas ditas excluídas, mas são ineficientes para superar o processo de exclusão ao qual a pessoa ou o grupo está submetido.

Podemos verificar tal situação na dinâmica de funcionamento da Assistência Social brasileira, que categoriza diversos tipos de públicos e atua sobre os efeitos da exclusão para dirimir suas consequências, com programas como o próprio Bolsa Família, auxílio moradia, serviços de acolhimento temporário para uma possível saída das ruas (em um tempo hábil e que o usuário deve se adequar de 3 a 6 meses), e serviços como o Centro Pop e outros mais que trabalham em função do amortecimento dos danos pessoais e sociais que os efeitos da exclusão acarretam, porém, o Estado deixa de lado aquilo que realmente acarretou a exclusão. Talvez, pela possibilidade de que parte daquilo que acarreta a exclusão esteja na necessidade capitalista de haver pobres para existirem ricos e que coaduna com a necessidade biopolítica de haver anormais para que hajam normais, necessidades essas que fazem parte de todo um processo sócio-histórico de engendramento de uma

população, e rumos que um projeto de sociedade moderna e neoliberal devem seguir, processo que potencializa e efetua os desígnios de um processo de exclusão. Dessa maneira:

No modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa, conforme caracteriza Marx, 1980, I, p. 747 e 717) é o resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos de riqueza e usurpadores do trabalho alheio. No modo de produção capitalista não é o precário desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que gera desigualdade e pobreza. No capitalismo, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior acumulação ampliada de capital e maior pobreza (absoluta ou relativa) (cf. Marx, 1980, I, p. 712 e ss.). Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital). Assim, não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos) que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa (MARX apud MONTAÑO, 2012, p. 279)

Esse determinado tipo de atuação assistencial, estabelece categorias de populações-alvo: crianças, idosos, deficientes, moradores de rua e outras mais, que requerem uma atenção especializada possível de ser responsabilizada ao Estado e uma ‘invalidez’ (por assim dizer) advinda, basicamente, de uma deficiência pessoal, no sentido de uma falta. Mas, a abrangência de uma ideia de exclusão, que compreende a degradação de uma posição anterior, reverbera para além de uma deficiência pessoal. Para Castel (2010), essas pessoas foram invalidadas pela conjuntura, e as condições sociais e econômicas foram as responsáveis pela marginalização de suas vidas.

São aqueles que sobram, nas palavras do autor, ‘sobrantes’. “Esse drama decorre das novas exigências da competitividade e da concorrência, da redução das oportunidades de emprego, fazendo com que não haja mais lugar para todo mundo na sociedade onde nós nos resignamos a viver.”, relata o autor (2010, p. 35). O enfrentamento dessa conjuntura perpassa a atuação de uma ação social, de um programa de inclusão, e está em seu cerne a luta contra o desemprego, a inserção de populações ditas inválidas, por esta conjuntura, no mercado de trabalho e a luta contra os fatores sócio-histórico que possibilitam as situações de exclusão.

Podemos pensar como essa concorrência e competitividade, segundo Lazzarato (2011, p. 18), são o cerne da organização do mercado pelos preceitos neoliberais. Se no liberalismo clássico a troca se colocava como princípio regente, no neoliberalismo a concorrência entre empregados e empregadores se afasta da noção

de igualdade propiciada pela troca no liberalismo, e tem em seu lugar, a desigualdade oriunda da concorrência. Nesse sentido, a concepção de mercado neoliberal não é natural e depende de uma espécie de “jogo formal” das desigualdades que deve ser instituído, e essa rivalidade que surge a partir da desigualdade potencializaria a ação individual.

Dito isso, o mercado e a concorrência não podem ser vistos como naturais e automáticos, mas, são socialmente construídos e necessitam da intervenção do Estado para ter sua existência, e seu funcionamento se intervém para o mercado, sobre as condições econômicas e as diretamente não econômicas. Significa que o governo neoliberal deve possibilitar as condições sociais para funcionamento da concorrência e sua dinâmica de desigualdade, “o governo do mercado fundado na concorrência e na empresa deve velar para que todo mundo se encontre em um estado de igual desigualdade” (LAZZARATO, 2011, p. 22)

Quando visualizamos a reforma trabalhista, que passou a vigorar em 11 de novembro de 2017, podemos verificar as nuances da “igual desigualdade” que perpassa o estabelecimento de acordos entre empregado/empregador, na geração e perpetuação de casos singulares, individualizados e potencialmente fragilizados pelas condições impostas para se manter “estável” e inserido em um mercado de trabalho marcado pela concorrência. No outro lado da questão, ao discorrer sobre previdência social e as divergências teóricas e factuais sobre o déficit ou superávit de um sistema de seguridade social brasileiro, Boschetti (2003, p. 88) pondera sobre o número de trabalhadores informais no país, que em 2018, segundo o IBGE, alcançou um número maior do que o de trabalhadores formais e essa seria, talvez, a principal causa de uma crise da previdência, em que menos da metade dessas pessoas que estão no mercado informal contribuem para a seguridade social e assim são também excluídos do acesso aos direitos de seguridade. Dentre os fantasmas da informalidade estão a inexistência de uma renda fixa, o que impossibilita a manutenção de uma estabilidade econômica, o acesso a crédito e financiamentos, não há férias pagas, benefícios de transporte e/ou refeição, acesso à licenças de trabalho e décimo terceiro. Em conformidade com essa ideia de déficit da previdência social, aqueles que deveriam ser protegidos por uma segurança previdenciária acabam dispostos em uma busca incessante por emprego, conforme mais limites e normas vão sendo registrados, assim:

As políticas atuais de emprego e as políticas do *workfare* (que visam forçar, incitar ao emprego aqueles que recebem ajudas sociais) são políticas que introduzem, em diferentes níveis, a insegurança, a instabilidade, a incerteza, a precariedade econômica e existencial na vida dos indivíduos. Elas tornam inseguras não só a vida dos indivíduos, mas também sua ligação a todas as instituições que até então os protegiam. (LAZARATTO, 2011, p. 28)

Dessa forma, para Castel (2010, p. 239) a questão social da atualidade seria o questionamento da função integradora do trabalho em nossa sociedade, e isso se coloca com o surgimento da precariedade e da vulnerabilidade, que se estabelecem a partir do aumento exponencial do desemprego. Maciel (2014, p. 117) exemplifica como o sociólogo francês enfatiza a importância do processo de transformação do trabalho em emprego e como isso conduziria a uma forma de compromisso social que é de importância para a sociedade do *welfare state*<sup>19</sup>, compromisso esse que se põe como aquilo que viabilizaria o acesso a direitos e condições de bem-estar. Porém, o compromisso social que estaria demarcado como o grande trunfo do capitalismo, para o autor, se estabelece como uma falha, onde o trabalho assalariado se coloca como uma condição íntima e miserável, indispensável, porém, indigna.

Discorrendo sobre o que é o assalariado, o autor abre a reflexão para o salariado operário como aquele a partir da qual a categoria é pensada, aquele que possui condições sociais mais desprezadas e indignas. Interessante, nesse sentido, pensar que uma sociedade que se fundamenta no salário faz com que a inserção social dos seus sujeitos se baseie a partir do lugar que ocupa nessa hierarquização do salariado e o *welfare state* irá se consolidar como uma garantia de direitos mínimos e seguridade para todos, até mesmo quem se encontra nas mais baixas categorias da hierarquização do salariado. Ao levar-se em conta nossos indicadores sociais, o Brasil nunca alcançou um estado de bem-estar social como em alguns países considerados como de “primeiro mundo”, e, além disso, a reforma trabalhista e o desmonte da política de previdência, a partir da negociação de sua reforma, que atende fortemente aqueles mais privilegiados pelo capitalismo, aparentemente tendem a distanciar o Brasil ainda mais da consolidação de um *welfare state* brasileiro.

---

<sup>19</sup> Estado de bem-estar social, serve para designar um estado assistencial que designa padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

Essa conjuntura encontra ressonância na proposta de Castel (2010), de pensar a flexibilização imposta pela globalização e capitalismo, em que os profissionais que não se adaptam a novas situações são postos para fora de seus empregos na chamada flexibilidade interna. Além disso, há a terceirização de trabalhadores que recebem menor remuneração, menos direitos, e acabam por sofrer uma maior precarização do trabalho, naquilo que o autor identifica como flexibilização externa.

Para o sociólogo francês (2010, p. 250), no ritmo em que há essa mudança de paradigmas em relação ao trabalho, a instabilidade superará a estabilidade empregatícia como regime dominante, movimento que podemos verificar consolidado na reforma das leis trabalhistas no Brasil. É a precarização do trabalho e suas condições que fazem subir os níveis de desemprego e remetem as pessoas a uma condição de vulnerabilidade que as impele para as zonas periféricas da sociedade. Importante ressaltar que, a precarização ocasionada e defendida na reforma trabalhista brasileira é tida pelos seus defensores como uma modernização das relações de trabalho.

A partir disso, entramos na ideia de desfiliação do mercado de trabalho, na qual aqueles que sobram, que são deixados de lado pelo capitalismo são individualizados. O valor social do trabalho, tanto em sua prática como em sua moral, torna a vida dos sobrantes isolada pois, para compor o meio social faz-se necessário estar integrado ao mercado de trabalho e ganhar a possibilidade de ser alguém. Para o autor, a perda de uma condição salarial acarreta na impossibilidade de controle sobre o futuro de sua vida pessoal, e essa individualização, que ocorre em decorrência da desfiliação do mercado de trabalho leva à consequências como, por exemplo, o envolvimento com o crime e à situação de rua. Moradores de rua trazem outras questões subjetivas para a questão da desfiliação, como o uso abusivo de álcool e outras drogas funcionando como potencializadores dessa desfiliação, fatores como o próprio morar nas ruas também fortalecem esse fenômeno, então, não apenas a instabilidade de situações de trabalho variadas irá operar a manutenção da desfiliação.

Assim, Castel (2010) assenta no centro da questão social a desestabilização dos estáveis, trabalhadores antigos que são substituídos por “novos” e “flexíveis” jovens que entraram no mercado de trabalho de acordo com a nova

conjuntura estabelecida; a instalação da precariedade, o viver diariamente com a instabilidade e imprevisibilidade, o vagar entre desemprego, trabalho temporário e apoio das políticas de assistência social, são os sobrantes, aqueles que não estão integrados à sociedade por meio da filiação ao trabalho e não carregam consigo o valor social, moral que esse trabalho sustenta. São os descartáveis da sociedade, estigmatizados pela sociedade, rejeitados por seus familiares, sem condições de manutenção de um trabalho que fomenta cada vez mais a meritocracia, em que os sobrantes deveriam se adequar ao modo de vida dominante dos considerados integrados à sociedade, permanecendo, incessantemente, no terreno da falta.

*Durante realização de abordagem social, encontramos Éder, usuário antigo do Centro Pop, e possui dois filhos que também moram nas ruas. Ao conversar com o mesmo, me atualizei sobre o que vinha acontecendo em sua vida. Referiu ter sido demitido de seu emprego na empresa Torre, emprego em que estava há quase 3 meses e que conseguiu sua inserção a partir de uma articulação realizada entre Secretaria de Assistência Social, Centro Pop e a empresa Torre, que executa serviços de limpeza urbana em Aracaju-SE.*

*Éder contou que devido a uma questão emocional, ficou agressivo durante o expediente de trabalho e agrediu um motorista, e isso o levou a ser demitido. Durante o tempo em que estava empregado, alugou uma casa, deixou de frequentar o Centro pop, levou um de seus filhos para morar com ele, estava se organizando. Apesar de seus novos objetivos, sempre poderia ser encontrado na praça Fausto Cardoso fora do seu horário de trabalho, próximo a amigos que fez ao longo do período em que viveu nas ruas, cerca de 33 anos.*

*Apesar da conquista do emprego e dos avanços que conseguiu nesse período, tudo desandou após a demissão e Éder retornou às ruas, mas continua a batalhar para deixar de ser morador de rua, condição que tem balizado sua vida e de seus filhos, condição que se diz cansado em ainda vivenciar.*

*Dos três moradores de rua que o Centro Pop conseguiu articular a inserção na empresa Torre quando as vagas foram disponibilizadas, Éder foi demitido, um deles foi assassinado após uma briga de bar na região do Centro de Aracaju, e o último segue a desempenhar seu trabalho, agora consegue viver de aluguel na Zona norte da cidade e cuida de seu filho, um bebê que quase foi retirado de sua guarda pela Justiça Estadual devido a denúncias de negligência feitas pelo Conselho Tutelar sobre a genitora da criança, que é usuária de crack. Tal situação deixa claro como a inserção no mercado de*



*trabalho não é suficiente para o reestabelecimento de uma dita reinserção social, conforme os objetivos da política pública de assistência social para moradores de rua. (Fragmento do diário de campo 27/03/19)*

Apesar da falta de emprego não ser a única condição que leva alguém a morar nas ruas, sendo mais uma das condições que perpetuam essa situação, ela é considerada, por moradores de rua, como aquela capaz de efetivar a mobilidade social dos sujeitos. E, a obtenção de um trabalho, mesmo que informal, dado o status que o trabalho possui na esfera social, implica em modificações de aspectos subjetivos e físicos de cada sujeito, além das novas possibilidades de abertura social e econômica que surgem devido ao trabalho. É a partir dessa especificidade do trabalho que vários relatos de moradores de rua com quem tive contato, delimitam a inserção no mundo do trabalho formal como algo que viabilizaria uma saída das ruas, e isso não quer dizer que o trabalho efetivará a saída das ruas em definitivo. É esse suposto caráter de abertura de possibilidades que coloca o trabalho como ponto importante para reflexão durante essa dissertação.

Forrester (1997) evidencia como o desemprego na atualidade não é algo ocasional, acomete pessoas inespecíficas, pressupõe a supressão sistemática dos empregos pela mudança do tipo de sociedade que vivemos e não mais nos encontrarmos em uma sociedade de produção. Apesar disso, continuamos interligando o social e o econômico diretamente ao trabalho, o que desencadeia efeitos como a exclusão e a marginalização social (ser deixados à margem da sociedade) daqueles que estão desempregados. A autora admite essa dinâmica como uma norma contemporânea, e aqueles desempregados ou sobrantes são os produtos dessa sociedade.

A autora afirma que essas pessoas são levadas a se considerarem indignas do mérito de viver pela própria vergonha ao se enxergarem como falhas, inúteis, improdutivas, assim:

É ela, ainda, que permite a exploração dessa resignação, além do pânico virulento que contribui para criar. A vergonha deveria ter cotação na Bolsa: ela é um elemento importante do lucro. [...] para “merecer” viver, deve mostrar-se “útil” à sociedade, pelo menos àquela parte que a administra e a domina: a economia, mais do que nunca confundida com o comércio, ou seja, a economia de mercado. “Útil”, aqui, significa quase sempre “rentável”, isto é, lucrativo ao lucro. Numa palavra, “empregável” (“explorável” seria de mau gosto!). Esse mérito – esse direito à vida, mais precisamente – passa, portanto, pelo dever de trabalhar, de ser empregado, que se torna então um

direito imprescritível sem o qual o sistema social nada mais seria do que um amplo caso de assassinato. (FORRESTER, 1997 p. 12-13)

Podemos pensar em termos de uma simbiose entre os sobrantes e os integrados na sociedade que, não haveria a existência de um sem a presença do outro. São constituídos pelas mesmas dinâmicas sociais, mas que produzem efeitos drasticamente diferenciados na vida dos sujeitos, a ideia de rejeição social que surge de um grupo, no caso dos sobrantes, fortemente caracteriza e fortalece os integrados. Apesar de serem dispostos em pontos e papéis diferenciados na trama social, eles não se dissociam. O status e as condições de vida dos integrados somente se mantêm numa realidade a partir da existência marginal dos sobrantes, e com isso as pessoas são dispostas e enraizadas em existências periféricas fadadas a viver na sombra da exclusão.

### 2.3 Refugo Humano.

*Antes mesmo da abertura do Centro Pop, duas mulheres brigavam na calçada em frente ao portão. O embate físico foi encerrado por outros usuários que intervieram, mas as ameaças se prolongaram. Mais tarde, durante o café da manhã, uma delas entra em confronto verbal com uma terceira usuária que se demonstra bastante agressiva, e como eu estava no momento, intervim pondo-me na frente das duas e as separando. De acordo com o comentário de usuários, “hoje a bruxa estava solta no pop”.*

*Em conversa com a terceira envolvida, ela me disse que “cada lugar na rua tem sua regra” que a outra usuária havia infringido essas regras quando iniciou o problema, por isso deveria pagar e que a resposta dela seria o desprezo, - porque não há dor maior do que o desprezo. Dada a história de vida daquela pessoa, tornou-se ao mesmo tempo fácil e incômodo efetuar essa ligação, o desprezo de uma filha, o desprezo de uma mãe, de seus familiares mais próximos e a dor diária de conviver com isso. Em uma escala maior, o desprezo que atravessa as pessoas em situação de rua no seu cotidiano, é um sentimento que os atinge a partir de familiares, da sociedade e do poder público. Como suportar o desprezo, os olhares julgadores, a repulsa social? É o trabalho efetuado no Centro Pop é suficiente para lidar com isso? Certamente não. (Fragmento do diário de campo, 12/05/2017)*

A partir da análise do processo de exclusão por Castel, podemos chegar no conceito pensado por Bauman (2005, p. 12), no livro “Vidas desperdiçadas”, denominado de “refugo humano ou refugados humanos” e que são aquilo e aqueles que o autor compreende como sendo produzidos como “excesso” ou “redundantes” para a sociedade, os que não quiseram<sup>20</sup> ou não foram permitidos se estabelecer dentro dela e que são uma inevitabilidade da tão valorizada modernização. Dessa forma:

A modernização progrediu de modo triunfante, alcançando as partes mais remotas do planeta; a quase totalidade da produção e do consumo humanos se tornaram mediados pelo dinheiro e pelo mercado; a mercantilização, a comercialização e a monetarização dos modos de subsistência dos seres humanos penetraram os recantos mais longínquos do planeta. (BAUMAN, 2005, p. 13)

Em decorrência desse processo de modernização, o que anteriormente apareceria como possibilidades de solução do lixo produzido e dos humanos refugados da sociedade, de uma maneira global desapareceu, e passa a ser necessário solucionar esse refugo localmente. É aí que ele começa a aparecer, por conta da modernização ter atingido todos os locais do planeta, até mesmo aqueles antes considerados inóspitos e que serviriam como locais de envio do refugo humano, a sociedade moderna precisa conceber a convivência com o refugo e a maneira de solucioná-lo, pois não há mais escoamento ou maneiras de se colocar para fora o excesso que é gerado.

Assim, “a expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência – até então adequados, no sentido tanto biológico quanto social/cultural desta noção” (BAUMAN, 2005, p. 14). Podemos verificar na análise do autor sobre o refugo humano e da sociedade que produz pessoas excluídas dessa ordem moderna e global, o fenômeno dos moradores de rua.

Enquadram-se no que fora chamado de redundantes, excesso, uma condição que se põe como normalidade, o ser humano visto como dispensável e desprezado pela sociedade, sem um propósito, e, ao mesmo tempo, sob a égide da economia, uma questão financeira. São pessoas que habitualmente dependem do

---

<sup>20</sup> Não se trata aqui de uma simples escolha determinada pelo livre arbítrio, mas de toda uma conjuntura que por meio das circunstâncias é capaz de operar escolhas para o sujeito.

Estado para sobreviver (apesar de que há entre eles uma multiplicidade de sujeitos e histórias de vida, inclusive com aqueles que negam qualquer suporte do Estado). E, podemos citar aqui o aparato estatal para viabilização de segurança alimentar, transferência de renda, benefícios previdenciários, entre outros.

Essa aparelhagem estatal para manutenção da vida compreendida como redundante é questionada enfaticamente quando se discute sobre os altos custos de uma política de Seguridade Social. Esta, frontalmente considerada prejudicial à economia por assessores ligados ao atual presidente da república brasileira, e que podem ser enquadrados no campo político da “extrema direita” ou identificados com o aprofundamento de uma lógica ultraliberal no âmbito da economia, além da política de Assistência Social, para uma parcela populacional que provavelmente irá necessitar dessas políticas de forma contínua, questiona-se o direito de pertencimento e de existência daquele que é visto sem utilidade para uma sociedade incapaz de ceder-lhe postos de trabalho e uma razão para existir e se sentir/ser útil. Com isso:

Como aponta Daniele Linhart, co-autora de *Perte d’emploi, perte de soi*, esses homens e mulheres não apenas perdem seus empregos, seus projetos, seus pontos de orientação, a confiança de terem o controle de suas vidas: também se vêem despidos da sua dignidade como trabalhadores, da auto-estima, do sentimento de serem úteis e terem um lugar social próprio. (BAUMAN, 2005. p. 22)

O que devemos levar em consideração aqui é que há uma diferença de caráter imanente entre um desempregado da sociedade de produção e um desempregado da sociedade de consumo. As gerações passadas, pertencentes às gerações de produtores possuíam problemas e soluções diferentes para o mal que as afetavam. Estar desempregado àquela época significava estar disponível na grande massa, reserva de trabalhadores, estar disponível para ascender e produzir no momento em que você se tornar necessário. Na sociedade do consumo, ser um consumidor falho, incapaz de consumir, confere-lhe automaticamente um status de excluído e desnecessário. Segundo Bauman (2005, p. 22), “a promessa de ser um consumidor diligente e a reivindicação do status de consumidor não serão suficientes, contudo, para ser admitido na companhia dos consumidores [...], a sociedade de consumidores não tem lugar para os consumidores falhos. ”

As classes sociais mais abastadas não querem ver o refúgio humano, não querem dividir o mesmo espaço com aqueles considerados por eles inúteis e

desprezados por uma sociedade que os vê como um gasto desnecessário, um incômodo, como ouvi diversas vezes ao atender chamadas direcionadas para o serviço de abordagem social. Por várias vezes, expliquei que o Centro pop e o serviço de abordagem social não trabalham retirando ninguém de onde esteja estabelecido, e a pergunta que se instaura logo em seguida é: “para o que vocês servem, então? Vocês não podem fazer nada?” Essa pergunta evidencia a demanda produzida pelo senso comum, pelas mídias de massa e por algumas políticas públicas inglesas e norte-americanas de tolerância zero, que venderam para o mundo a ideia de limpeza urbana. Como lidar com o desprezo e não aceitação social no limite do fazer viver e deixar morrer, conforme evidenciado no primeiro capítulo?

*No Cemitério, haviam apenas quatro pessoas no momento do enterro: a coordenadora do Centro Pop, um conhecido da comunidade que o ajudava próximo do ponto em que tomava conta de carros, um primo que veio de longe para solucionar todo o processo de documentação de óbito, como também a retirada do corpo do IML, e eu, psicólogo do Centro Pop. Enquanto o caixão era colocado na gaveta, algumas palavras foram ditas pelo único familiar presente, que não possuía contato com o usuário há muitos anos. Observei ao redor, nos outros enterros que aconteciam, estavam dezenas de pessoas presentes; no de Raimundo apenas essas quatro pessoas, onde nenhuma possuía real intimidade com o usuário. É esse o esquecimento e a invisibilidade pelos quais passam a população em situação de rua? Quatro pessoas que apenas passaram pela vida de Raimundo, nada além disso. Será que alguém mais se importa? (Fragmento do diário de campo. 17/01/2018)*

Não é de se estranhar que serviços socioassistenciais para moradores de rua tenham sua função deturpada pela sociedade. A história do Brasil desde sua época como colônia portuguesa implicou em leis que criminalizavam os ditos mendigos e vadios. Em 1890, a vadiagem passa a ser definida como contravenção pelo decreto nº 847, sendo passíveis à condenação aqueles que não exercitam nenhum ofício ou profissão, não possuem um meio de subsistência e um domicílio para habitar, ou seja, os pobres, desempregados, pessoas que não possuíam onde morar passaram a ser punidas pelo Estado simplesmente por existirem. Essa punição constava de uma pena de 15 a 30 dias de prisão, e caso houvesse a reincidência, de

1 a 3 anos de prisão em colônias penais em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional.

Houve atualizações dessa questão conforme o Brasil e as leis brasileiras mudavam com o tempo, e a última delas aconteceu durante a época precursora da Ditadura Militar, conhecida como Estado Novo, em 1941, com o decreto-lei 3688, que previa sanções ao sujeito ocioso em condições de exercer um trabalho. Apenas em 2009, há 10 anos, a mendicância deixou de ser considerada crime pela lei 11983/09. Em 2012, o projeto de lei 4668/04 que descriminalizava a vadiagem foi votado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado Federal, porém, em 30/04/19 a matéria foi arquivada e em pleno 2019, em meio a um Governo neoliberal de extrema direita, as pessoas ainda podem ser imputadas penalmente por vadiagem. Talvez isso diga bastante sobre os possíveis rumos da sociedade brasileira; talvez se coloque apenas como um motivo de alerta mais contundente, mas a ameaça a modos de vida e existência diferenciados nunca deixou de ser a principal forma de governo no Brasil.

Isso reverbera na sociedade brasileira, suas consequências e efeitos participam e se embrenham em um processo de produção de subjetivação, determina formas de pensar e compreender a questão em um país que 13,2 milhões de pessoas se encontram desempregadas, segundo o IBGE, e ainda assim há a possibilidade de que as arbitrariedades da lei brasileira modifiquem e prejudiquem suas vidas, que a sociedade higienize suas ruas, vizinhanças e modos de existência do seu núcleo, criminalizando e aprisionando sujeitos que se mostrem diferentes do modelo preponderante.

Como expressado anteriormente nesse capítulo, o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais são também produtos da lógica capitalista neoliberal, do modelo de sociedade que vivemos atualmente. Autores como Wacquant (1999) discorrem sobre como a miséria é gestada e utilizada para ganhos políticos e financeiros. As forças coercitivas do Estado aprisionam, torturam, matam, removem as pessoas pobres e higienizam a sociedade, e é com esse tipo de funcionamento coercitivo baseado numa política de “tolerância zero” empreendida nos Estados Unidos da América, que, segundo o autor:

[...] a doutrina da “tolerância zero”, instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda – a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte,

uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência –, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da “guerra” ao crime e da “reconquista” do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros (WACQUANT, 1999, p. 19)

Importante salientar que Wacquant (1999) se refere a uma retirada do Estado da economia, marginalização de parcelas populacionais, estabelecimento de novas e precárias regras a serem seguidas pelo trabalhador assalariado, ampliação do sistema penal, diminuição dos recursos destinados a programas sociais, e que na totalidade de seus efeitos produzem o desenvolvimento do que o autor considerou como um Estado penal. Aparentemente, o Brasil segue por esse caminho elencado pelo autor, sendo a partir dele que se produz a continuidade da gestão policial e judicial da pobreza, pelas quais a higienização social continua a ser produzida e fomentada numa sociedade que solicita a retirada de moradores de rua de suas esquinas, pois estariam a “sujar” as ruas e se tornariam um incômodo para o modo de existência dominante.

Vimos nesse capítulo de que forma os efeitos dos atravessamentos evidenciados no capítulo anterior atuam em função de uma elaborada mecânica de exclusão social que perpassa territórios, economia e uma ideia de existência, de viver em sociedade associada à produtividade. Tais atravessamentos enraízam moradores de rua a uma zona de vulnerabilidade social que não oferece capacidade de mobilidade social e os relega a uma morte política. Como evidenciar possibilidades de vida diante do peso desses atravessamentos e suas consequências subjetivas e objetivas na vida das pessoas?

Na sociedade moderna e capitalista, o sentido que o trabalho possui, as possibilidades advindas de estar inserido em uma relação de trabalho que te permita produzir e ser respeitado como alguém útil e capaz de consumir, se estabelece como um atravessamento, e, para moradores de rua, muitas vezes funciona como o catalizador entre estar incluído/excluído desse projeto de sociedade em que vivemos.

## **CAPÍTULO 3 – Da resistência necessária para uma outra forma de viver.**

Nesse capítulo, irei elencar algumas histórias de vida que indicam maneiras de se enxergar e se compreender como um morador de rua. Histórias de pessoas que estão morando nas ruas de Aracaju e que acessam o Centro Pop em sua vivência diária. A partir dessas histórias são evidenciadas possibilidades de vidas que habitam as fronteiras entrecruzadas das estratégias biopolíticas e necropolíticas, que encontram nas ruas suas potencialidades. E que, apesar dos atravessamentos percebidos nos capítulos anteriores, concebem oportunidades de transversalizar suas vidas cotidianamente.

### **3.1 Sobre o viver nas ruas.**

Existe uma data crucial para o serviço e moradores de rua, uma data marcadamente política, de luta e resistência, e que no Centro Pop não pode ser perdida de vista. Anualmente, no dia 19 de agosto, é lembrado o massacre da Sé em São Paulo-SP, que culminou no assassinato de sete pessoas e mais oito feridos. Todos eram moradores de rua e foram brutalmente assassinados com golpes em suas cabeças, e foi instituído então, nessa data, o Dia Nacional de Luta da População de Rua. Desde a abertura do Centro Pop, esse dia foi rememorado em Aracaju com passeatas, fóruns de discussão, eventos voltados para a população de rua e sociedade em geral:

*No início de julho de 2018, surgiu a ideia, por parte de um dos nossos usuários, de idealizarmos um Sarau aberto para todos em praça pública. Achei a ideia incrível e a justificativa ainda melhor: fazer Aracaju aparecer para o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Várias articulações foram tentadas sem sucesso para estabelecer um núcleo do movimento em Aracaju. A princípio, o núcleo deveria funcionar como uma maneira de cobrar in loco, dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) no estado de Sergipe mas, talvez por uma possível falta de engajamento político que não se alcançou nesses últimos anos, nenhuma das tentativas obtiveram sucesso. Para Cleber, que surgiu com a ideia do Sarau, essa seria uma maneira de dizer que Aracaju pode garantir uma representação política para a população de rua e fazê-la ser vista.*



*Foi desse estalo mental que profissionais e usuários começaram a se organizar para a realização do evento que ocorreu no dia 17/08/18, na praça Camerino. Contamos com apoio e articulação do movimento hip hop, do qual Cleber faz parte e encabeçou apresentações artísticas, apresentações de serviços e deu sentido ao que trata o Dia de Luta do Morador de Rua. Como Psicólogo, pensei em preparar uma exposição de histórias de vidas no evento. Com um barbante, penduramos ao lado de uma árvore: fotos, seguidas de poemas, poesias que se encaixavam com formas e maneiras outras de viver a vida, e da violência que é produzida pela sociedade, além dos relatos de alguns usuários que coletei em conjunto com os estagiários de Psicologia oriundos da Universidade Federal de Sergipe, e que estão há algum tempo frequentando o equipamento.*

*Achei cada um dos relatos mais impressionante que o outro, por esse conteúdo que se colocava tão pertinente sobre um modo de existir. O mural atraiu pessoas que são acompanhadas pelo Pop, pessoas da comunidade, profissionais da rede e todos chamavam atenção pela dureza em que se vivia essas vidas. Apesar de ter chegado à praça, não consegui ver todo o evento, pois um de nossos usuários estava passando mal, suspeitava-se de derrame, e o acompanhei ao hospital retornando apenas quase no fim. Pelo que percebi, tanto equipe, gestão e usuários estavam contentes pelo que ocorrera naquela tarde, na praça. Uma forma de visibilizar o viver nas ruas, de agregar com a comunidade e se fazer presente em um espaço político/social. Essa alegria também estava presente em mim, quando as intervenções do pop vão além dos muros institucionais, geralmente causam essa sensação. (Fragmento do diário de campo. 17/08/2018)*

Os relatos que foram mencionados nesse trecho do meu diário de campo, e que podem ser vistos a seguir, foram coletados com a utilização de um gravador e foi solicitado que uma determinada pergunta fosse respondida dentro do tempo de 5 minutos, e a pergunta era: “como é ser um morador de rua?” Ao chegar no final, havíamos coletado um total de oitos relatos, todos de forte conteúdo, e falavam abertamente sobre como é esse modo de vida, essa maneira de existir nas ruas. Alguns deles me chamaram mais atenção pelos conteúdos de estigma social, afastamento da sociedade, criminalização, exclusão, desvinculação familiar, violência, resistência, novas possibilidades de vida, entre outros fatores que se entrelaçavam durante as falas. Esses relatos escolhidos serão aos poucos destrinchados a seguir:

*— Meu nome é José, conhecido em Aracaju que nem Jô. Saí da minha casa porque meu pai e minha mãe tavam brigados, e eu fui morar com minha avó. Saia pra engraxar sapatos e conheci as ruas, comecei a cheirar cola, a fumar maconha, conheci outras pessoas que me deu mais valor que meus próprios familiares,<sup>21</sup> (José, relato de vida, parte um – informação oral)*

Uma situação recorrente em muitos dos casos de moradores de rua que aparecem no Centro Pop de Aracaju: a fragilidade dos vínculos familiares e distanciamento afetivo, que muitas vezes leva o usuário para as ruas pela primeira vez, chega a funcionar como uma maneira de se manter distante das situações vivenciadas em seu núcleo familiar. O ir para as ruas funciona como uma maneira de resistir ao que acontece no âmbito de suas vidas privadas, é uma outra possibilidade. O uso de álcool e outras drogas também se mostram presentes nessas trajetórias de vida nas ruas:

*— Depois eu conheci o Pop, e o Pop fez uma família comigo, uma união, cidadania, uma união de dizer: eu posso acreditar que um dia eu posso mudar, um dia eu posso esquecer todos aqueles problemas que eu tive atrás. Problemas que eu tenha no coração, de perder a minha mãe, perder o meu pai, porque na separação de uma família você perde tudo e porque eu perdi isso tudo não é que eu vá virar um vagabundo, um ladrão, um marginal, um assassino, mas, eu virei um manguedador, fiquei pedindo nos sinais, fiquei engraxando sapato, só não roubei, graças a Deus, né?! (José, relato de vida, parte dois – informação oral)*

Ele infere que na separação e quebra de vínculos familiares teria perdido aquilo que tem de valor em sua vida, tanto na fase infantil quanto juvenil, a rua lhe privaria de sua cidadania, sua família, mas, devemos ter a concepção que a rua também acolhe, ela produz novos vínculos, saberes e oportunidades. O modo de vida criado nas ruas acaba por produzir sujeitos atravessados por toda uma conjuntura sócio-histórica e, por causa disso, a sociedade o define como um vagabundo, um ladrão, um marginal, um assassino, um mendicante. Talvez essas sejam vistas como as únicas possibilidades dadas a quem vive na rua? É essa a forma como essas pessoas são percebidas e onde os processos de exclusão e estigma social se fazem

---

<sup>21</sup> Utilizarei o travessão para dar destaque e demarcar relatos de moradores de rua presentes no texto, diferenciando o que é originário do diário de campo e o que é informação oral.

presentes? Devo deixar os leitores cientes de que não são. Há um infinito número de possibilidades para aquele que vive nas ruas. Os atos considerados ilícitos são apenas mais uma das estratégias possíveis para quem ali se encontra e sua perpetuação se dá nas mãos de alguns.

Digo isso porque a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de superação de dificuldades são de extrema importância para o viver nas ruas. Uma das principais maneiras de dar vazão a essa forma de viver é o manguêio, que, segundo Melo (2011), se constitui como uma prática e modo de estabelecer relações, “que sintetiza uma diversidade de possibilidades de ações para conseguir recursos, seja em forma de dinheiro, alimentação, roupas ou demais objetos, serviços e acessos.” É uma forma distinta de conseguir a confiança de alguém – não morador de rua – afim de alcançar alguns ganhos que possam auxiliá-lo enquanto na rua, sejam eles econômicos ou não. Para isso, fazem uso de suas histórias de vida, histórias tristes, criam narrativas, mesclam episódios, fatos, situações e lembranças para dar conta de suas necessidades de obter confiança daquele com quem se relacionam. Como dito certa vez por um antigo funcionário do Centro Pop e lembrado constantemente por profissionais que continuam a trabalhar no espaço desse serviço: “o usuário mais besta daqui desenha uma vaca e tira o leite” uma clara alusão à astúcia, criatividade e esperteza necessárias para o desdobramento do ato de manguêar.

Lembro de uma dupla de usuários do Centro Pop que, no ano de 2018 havia retornado de Salvador-BA, e ao chegar nos contaram como evidenciaram uma história de vida sofrida, criaram a necessidade de visitar um familiar doente na Bahia e conseguiram viajar com suas passagens pagas por terceiros, inclusive viabilizaram a alimentação do dia e alguns outros ganhos com essas mesmas pessoas, possibilidades que foram obtidas a partir do manguêio, dessa astúcia e criatividade para viver nas ruas e que não seria possível para aqueles dois de uma outra maneira.

*— E hoje eu sou feliz por ser morador de rua? Não! Sou feliz porque eu tenho dignidade de responder por mim, e não esperar por meus familiares, quando chegar lá agora pedindo comida, não tem, chegar lá pedindo uma dormida, não tem. O Pop não me dá uma dormida, não me dá um prato de comida, mas, me dá cidadania, de ser respeitado, considerado por assistentes sociais, psicólogos, pedagoga, e isso pra mim é o bastante, ter alguém pra me escutar, ter alguém para compreender o meu lado, quem eu sou, compreender que eu saí de minha casa em 1992 com 7 anos de idade e hoje*

*eu tenho 31 anos de idade. Vou fazer 32 e agora em 27 de agosto vai ser a minha festa, graças a Deus com meus amigos, com meus irmãos, meus parceiros, que dormem comigo no papelão, que dividem um pão comigo, que dividem um copo de água, que sabem como é tratar as pessoas com o coração, com humanidade, com dignidade, que sabe tratar as pessoas bem, independente das pessoas acharem que você é invisível. E você não é invisível! Você se torna uma pessoa invisível! Uma pessoa invisível é um fantasma, e você não é um fantasma, a sociedade só não quer gastar dinheiro em cima de você, só não quer pagar em cima de você o que eles acham que tá no bolso deles, pra que eu vou pagar segurança? Pra que eu vou pagar colégio? Pra que eu vou pagar estudo, segurança, pra que eu vou pagar isso tudo pra gente? E educação? E eles não vão pagar essas coisas porque eles não gostam da gente. Eles gostam assim, de olhar pra gente nos sinais e dizer assim: é vagabundo, é morador de rua, é sujo, tá fedendo! Nem topa na gente, se topar na gente toma banho de álcool e eu acho que isso não existe! (José, relato de vida, parte três – informação oral)*

Nesse trecho, é possível perceber vestígios do que a sociedade compreende como aquilo que é retirado de cada um daqueles que vivenciam a situação de rua: a cidadania, o respeito, a consideração, a compreensão, coisas que não conseguimos nos ver sem em nossa própria existência como seres sociais, cria grupos de excluídos, desfilados da sociedade, considerados como sobra, e invisibiliza suas vidas. Talvez essa invisibilização se ponha como um dos principais mecanismos na dinâmica do “deixar morrer” relativo ao biopoder. Como lembrar de que há um enorme grupo de pessoas que necessita de investimento socioeconômico se como sociedade e cidadãos os tornamos invisíveis? São deixados à mercê daquilo que a sociedade permite para eles, mas de alguma maneira, ainda é possível encontrar formas de evidenciar uma felicidade e de manter uma dignidade para além de uma normatividade produzida socialmente.

*— Eu acho que todo mundo tem o direito de ser aquilo que quer, aquilo que gosta, o ser humano tem o direito de ser feliz, tem o direito que dirá o livro da constituição brasileira, que tem que ter tudo: segurança, educação, saúde e dispor. Ninguém tem a disponibilidade de oferecer nada pra ninguém, então, eu acho que a gente devia ter isso disponibilizado pra gente, porque se a gente tivesse isso com a nossa família, as pessoas que botam a gente no mundo, as pessoas que criou a gente, acho que a gente não tava sofrendo no mundo hoje, não taria no Centro Pop precisando de um prato de comida,*

*nem um banho, nem um atendimento psiquiátrico, psicológico, social. A gente taria em casa, taria em um colégio, ou, se não, que nem eu, meu sonho mesmo é ser cozinheiro e eu não tenho esse curso, eu não devia ter um curso de cozinheiro? Eu não devia ter um curso de alguma coisa que eu gostasse, que eu sonhe? Mas os meus sonhos foram cortados pela minha família e pela sociedade também que não acredita na gente. Acho que cada um tem que ter o seu sonho realizado, eu acho que isso todo mundo merece, então eu queria agradecer vocês que tão me escutando nesse momento, porque eu acho que cada um tem o seu direito de ser feliz, e nós quer ser feliz, com a dignidade de qualquer cidadão brasileiro. (José, relato de vida, parte final – informação oral)*

O direito à cidadania e de existir fora dos parâmetros de normalidade produzidos hegemonicamente é evidenciado no trecho acima. O direito de ser aquilo que se quer e ainda assim ter a possibilidade de ser visto como um cidadão, assim como a vontade de ingressar no mercado de trabalho, deixar uma situação de vulnerabilidade e retornar para as áreas centrais dessa sociedade. Não devemos deixar de lado a clara menção da violência que é direcionada a eles a partir da sociedade, do Estado, com a desumanização de suas vidas.

O próximo relato é de uma mulher que preferiu não ser identificada, nem mesmo com a utilização de um outro nome, segue sua transcrição:

*— Eu tive uma vida totalmente estável e de repente veio o desequilíbrio e fiquei em situação de rua e posso te dizer que na rua eu encontrei pessoas boas, pessoas de índoles ruins, pessoas que ajudam, que acolhem e pessoas que destroem. Eu tive muita fé em Deus, mas o mais importante foi que eu acreditei em mim. Não adianta acreditar em Deus e não acreditar em você. Hoje vejo que quem tá na rua, na maioria das vezes, não é porque quer, é porque não tem oportunidade ou não busca, perde a força por algum motivo, eu não. Mantive as forças, não me entreguei às drogas, ao álcool, aqui me acolheram, me deram oportunidades, acreditaram em mim e hoje eu estou aqui, agradeço a Deus e à equipe daqui e à equipe de lá. Todos que me ajudaram. Minha história? Eu tive um desequilíbrio sentimental. Foi isso, isso que me trouxe pra rua. Eu vivia com um cara, tinha uma vida com ele, deixei loja, apartamento, tudo, tudo, mas, eu não aguentava mais as agressões psicológicas... Eu cheguei a ter que fazer bariátrica, cheguei a pesar 180kg; tinha agressões físicas, ele me agredia, me batia, chegou a me dar uma facada, quebrar minha perna em dois lugares, destruir minha arcada dentária.*

*Foi isso, foi quando eu apanhei minhas coisas e fui pra rua. A rua não me deu felicidade, mas nela eu me senti mais segura. Família pra mim são aqueles que nos acolhem, o resto é resto, não quero conversa. Eu estou vencendo a cada dia, matando o leão e enforcando o urso todos os dias. (C.D.B.F, relato de vida, informação oral)*

Mais uma vez é evidenciada a fragilidade dos vínculos familiares, a percepção de que o álcool e outras drogas podem se tornar uma maneira de ajudar a passar o dia e a noite nas ruas, além do reforço, a ideia de que as ruas estão abertas a todos, que qualquer um pode se abrigar ali e fazer delas território, território que te dá liberdade e te limita. Uma tênue linha se põe entre os perigos do público/privado, e nesse caso em questão, o sofrimento e violência vividos em sua vida privada foram maiores que aqueles denotados na rua. Essa rua, mesmo em seus percalços toma o sentido de alívio para as violências físicas e psicológicas que a atormentavam. Podemos enxergar na rua um espaço de potência e possibilidades, não apenas da falta e da carência. Existe na rua uma multiplicidade de modos de vida, de formas de existir e se compreender enquanto sujeito.

*Algo que sempre me impressionou sobre os usuários do serviço é a resistência demonstrada perante as dificuldades e entraves que apareciam em suas vidas, e apesar dos problemas sociais, os dias para os frequentadores do Centro Pop eram vividos sempre um após o outro, às vezes com um sorriso estampado no rosto, outras vezes com uma tristeza silenciosa, porém ensurdecadora, capaz de afetar qualquer operador da assistência social que prestasse um pouco mais de atenção. O que eu gostaria de dizer aqui, é que ousar colocar a experiência de trabalho com moradores de rua como uma das mais densas e intensas dentro do contexto da Política Pública de Assistência Social, pessoas que possuem pouca ou nenhuma vinculação familiar, que utilizam das ruas, canteiros, praças, marquises etc, como local de moradia, que sobrevivem ao relento e à fome diária, que são posicionados à margem de uma sociedade que prefere não os enxergar e dar aos seus momentos de visibilidade um caráter de incômodo pessoal e social. Pessoas que estão atravessadas pelas políticas públicas, vontades de uma sociedade higienista<sup>22</sup>, o pedantismo das classes políticas brasileiras e, é claro, a luta diária por direitos e reconhecimento.*

---

<sup>22</sup> Que deseja limpar as ruas da cidade, removendo a presença dos moradores de rua. Segundo Mansanera e Silva (2000, p. 119), o movimento da higiene social em 1923 buscava proteger o coletivo

Apesar da notável distribuição de características presentes nesses relatos da vivência em situação de rua, nesse lidar diário com a exclusão social, não é possível através deles traçar um perfil da população de rua e nem é o objetivo dessa pesquisa, porém, podemos utilizá-lo para colocar em análise os mecanismos sociais instituídos na sociedade, que possibilitam e engendram uma situação de vida do outro lado da noção de cidadania. São vários os motivos e histórias que aparecem na ida para as ruas, mas há aspectos predominantes que perpetuam essa existência de maneira cruel.

Como psicólogo e operador da política pública de assistência social, não devo deixar de explicitar essa heterogeneidade dos moradores de rua, seja nos motivos para estar morando nas ruas, que são incontáveis, ou nas singularidades observadas no acompanhamento de cada um deles. São pessoas, como eu, como você (leitor), que por contradições em suas vidas pessoais e mecanismos do Estado (como aparato de governamentalidade) se viram relegadas à vulnerabilidade das ruas de uma sociedade que os oprime e rejeita.

### **3.2 Estigma Social e Governo de si.**

*Assim que chego ao serviço percebo uma das pessoas que esperava a abertura vestindo uma camisa com os dizeres “a rua me liberta”, em outra pessoa poderia não passar de mais uma propaganda de motocicletas, mas naquele homem significava muito mais. Portador de transtorno mental, usuário do CAPS AD e do Centro Pop, morador de rua há tantos anos que as marcas ficaram em sua pele e na maneira de ser, nesse contexto, a rua se põe como uma libertação dos padrões instituídos pela sociedade, uma maneira de viver fora da bolha, o orgulho com o qual vestia aquela camisa, a maneira como outros usuários se identificavam com os dizeres fala muito sobre uma sociedade que descarta os desadaptados e afasta pessoas para que elas se sintam livres.*

---

social “em nome da ordem, e contra a anarquia do liberalismo, dos ideais igualitários, da promiscuidade e decadência urbanas”, com o final do século XIX, buscava-se no Brasil um projeto social que contemplasse a higienização dos portos (entrada de imigrantes e comércio internacional), o resguardo da sanidade mental da força de trabalho do país e uma política demográfica-sanitária que contemplasse as questões de eugenia da elite.

Um dos aspectos vivenciados por essa parcela populacional é o do estigma social. É dito por Goffman (2004, p. 5) que a sociedade categoriza pessoas e seus atributos. Quando somos apresentados a alguém prevemos sua “identidade social”<sup>23</sup> e a partir dessa concepção, criamos expectativas normativas, exigências de normalidade no ambiente social. Ao mesmo tempo, ignoramos a existência de tais exigências até que se concebe a necessidade de seu preenchimento. Ponto decisivo onde é possível percebermos as demandas efetivas que imputamos à caracterização do sujeito, e nos deixamos levar pelos processos de subjetivação que o produzem.

O estigma se trata de um atributo que diferencia sujeitos, que os torna menos desejáveis, inferindo descrédito, fraqueza e desvantagem, constituindo um ponto de atravessamento sócio-histórico, valendo ressaltar que: considera-se que não são todos os atributos indesejáveis que são questionados, apenas aqueles que são incompatíveis com determinado modo de subjetivação dominante que nós criamos. Dessa maneira:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. (GOFFMAN, 2004, p. 6)

Para o autor, existem três tipos de estigma: as abominações do corpo, as culpas de caráter individual e os estigmas tribais de raça. No caso dos moradores de rua, que são o foco de minha pesquisa-intervenção, as culpas de caráter individual e abominações do corpo correspondem aos principais atributos demarcados como estigmas, incluindo em suas esferas: vícios, prisões, desemprego, a falta de moradia, cheiros, aparência, comportamentos desviantes da normalidade produzida pela sociedade. São esses atributos que chamam e desviam a atenção daqueles que o sujeito encontra em sua vida e inibe a possibilidade de visualização e atenção para os seus outros atributos considerados menos questionáveis socialmente.

Com base em uma desumanização do estigmatizado, discriminamos e reduzimos suas chances de vida. Novamente entramos na esfera do “deixar morrer”

---

<sup>23</sup> Nesse quesito, clarifico que compreendo as noções de identidade social a partir de uma leitura de modos de produção de subjetivação de um sujeito sócio-histórico, e não como parte constitutiva de um sujeito dado e natural. Não se trata de uma reificação dos modos de ser e estar no mundo, mas de operar mecanismos que tornem a ideia de atravessamentos e transversalidades descritíveis.



do biopoder evidenciado por Foucault, aquilo que sai da norma, da dita normalidade social, é rechaçado, discriminado e descartado ativamente pela sociedade quando é atravessado o limite da biopolítica para a necropolítica. Diferentemente dos modos de operação do biopoder — fazer viver e deixar morrer — Goffman (2004, p. 27) relata elementos de transversalização do estigma, em que aqueles que compartilham do estigma e aqueles que são ‘informados’, aqueles que vão além da preconcepção de sujeito evidenciada, conhecem e reconhecem o estigmatizado, formam uma rede de apoio a eles. Possibilitam encontros e intervenções diferenciados que propiciam uma melhor experiência de contato entre os ditos normais e os estigmatizados.

Em minha experiência com moradores de rua, foi possível articular que são atribuídas diversas representações que os deslocam para a anomia e conseqüentemente identifica-os como desviados: os vagabundos, os drogados, marginais, ladrões, bandidos, dentre toda uma sorte de representações negativas e rejeitadas pela sociedade. É a partir dessas representações reiteradas inúmeras vezes de forma perversa que o morador de rua, estigmatizado, distante da norma social, irá dar sentido a sua ideia de sujeito e às condições em que se encontra (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 52). Há então uma cristalização dessa ideia por meio das forças externas que os atravessam.

— *Ficava na rua com os cachorros e tudo, ficava com meu amigo, somos parceiros. Vivemos nas ruas mesmo por uns dois anos, foi muito difícil. Embaixo de chuva, com os cachorros, como cachorros. (Maria, relato de vida, informação oral)*

Voltando a ideia de uma normatividade dominante, podemos colocar em evidência meu percurso como pessoa, e mais criticamente ainda, como sujeito submetido e produzido por uma norma social, filho mais velho de uma família branca de classe média brasileira, de mãe cristã, levado a frequentar a igreja quando criança contra minha vontade, apesar de antes mesmo da adolescência tê-la deixado de lado totalmente, completei o ensino fundamental, médio e superior conforme dita essa determinada norma social. Dei continuidade aos estudos acadêmicos, adentrei o mercado de trabalho, comecei a produzir e contribuir para a sociedade diariamente sem interrupções abruptas. Essa normatividade me foi imposta e esse caminho desenhado como uma espécie de trilhos a serem seguidos. Dessa mesma maneira

foi imposto para milhares de crianças, que se tornaram adolescentes, que posteriormente iniciaram suas vidas adultas e dessa forma se estabeleceram na sociedade em que vivemos, apesar desse ser um processo sem um resultado predeterminado, ele se impõe ainda que as pessoas produzam caminhos relativamente diferentes. O que quero dizer com isso? Há todo um aparato institucional normatizador que impõe e produz sujeitos submetidos a determinadas formas e modos de existência preponderantes, e é nesse ponto que o estabelecido socialmente irá produzir, expandir e racionalizar a dominação de um modo de existência sem que sequer esse processo seja percebido pelos sujeitos.

Fora desse processo, podemos encontrar modos de existência díspares, que fogem da normatização institucional, que são estigmatizados, violentados e resistem ao modelo predominante. Os moradores de rua podem ser considerados um desses casos fora do processo estabelecido, são nesses processos de subjetivação diferenciados dos modos dominantes instituídos que a resistência irá se fazer presente. Podemos verificar o estigma social e a resistência no relato de vida de Karla, moradora de rua e mulher transexual:

— ...a vida que eu levo? Preconceito? Muito, mas assim todo dia a gente tem que quebrar o preconceito da sociedade, da população...até na população LGBT tem isso, um querendo ser melhor...que é tudo a mesma coisa. E, na rua, assim, eu tenho uma vida boa. Eu tenho uma vida boa em casa, na casa de minha mãe. Larguei casão, larguei família, preferi a rua do que tá em casa. Eu me sinto mais a vontade do que tá dentro de casa, porque tá dentro de casa tem aquela cobrança, tem aquelas obrigações. Minhas irmãs e meus irmãos podem levar o esposo e a esposa pra casa da minha mãe, eu não posso chegar com um namorado dentro de casa, então, assim, o preconceito já começa daí, já começa em casa. Então, eu prefiro a rua, eu me sinto melhor! Quando chega a noite, que eu não tô trabalhando e boto a cabeça pra pensar, eu penso ‘o que é que eu tô fazendo aqui?’ Eu tenho uma casa, uma cama boa para dormir, eu tenho uma televisão pra assistir e tem horas que eu sinto falta disso, mas, eu vou olhar o outro lado e em casa eu tenho que ser uma pessoa exemplar, que não pode errar, então eu prefiro tá na rua. Eu deixo entre aspas: “é a vida que eu escolhi.” A maneira que sobrevivo, me mantenho, e assim a gente vai tocando o barco pra frente. (Karla, relato de vida, informação oral)

Seguindo essa cadeia de pensamento, é possível inferir uma posição de resistência para a população em situação de rua nessa sociedade atravessada por formas sócio-históricas institucionalizadas e preponderantes; é correto afirmarmos a resistência de uma parcela populacional, altamente estigmatizada por aqueles que estão dentro da norma social, a normalidade tão produzida e enraizada ao longo de tantos anos de fortalecimento das estratégias de biopoder.

É difícil fugir de uma sociedade normativa e suas amarras, a partir do biopoder é possível dominar e controlar as massas e o indivíduo, normatizá-lo, fazer com que rejeite, expulse e “deixe morrer” o fora da norma, engendrando estigmas que antecedem o encontro com o outro, são processos de exclusão e sua perversão apoiados pelo Estado de Direito.

Dentro dessa sociedade, de alguma maneira, o estigmatizado ganha fôlego para refletir e transformar, se impondo para além da opressão. Segundo Ortega (1999), em determinado momento o indivíduo se torna capacitado para aplicar poder sobre si para passar a ter uma relação satisfatória consigo. Esse seria o momento no qual surge uma capacidade de resistência, “trata-se de uma subjetividade autônoma e anárquica, que se opõe a interpretações neoliberais” (ORTEGA, 1999, p. 24). Utilizando-se dessa ideia, o filósofo brasileiro enuncia um deslocamento no pensamento sobre poder em Foucault e que aparecerá nos cursos do Collège de France a partir de 1976. (FOUCAULT, 1982, *apud* ORTEGA, 1999),

Nesse deslocamento teórico da noção de poder, Foucault substitui o poder como relação de forças pela ideia de poder como governo, o que levará o autor aos temas do governo de si e autoconstituição. Esse deslocamento da noção de poder incrementa uma noção de poder positivo, produtivo, capaz de construir verdades e objetos. O filósofo francês amplia a noção de poder para uma maneira específica de relação social entre indivíduos. É a partir desse deslocamento no eixo do poder que Ortega (1999) refere ter tornado possível a Foucault fazer a passagem do governo dos outros para o governo de si. Importante ressaltar que não se trata de uma ruptura com seus escritos, mas de uma mudança de perspectiva.

Foucault, relaciona os três eixos da genealogia (domínios de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade) utilizando-se do conceito de experiência e a estabelece como algo que transforma o ser, constituindo assim uma práxis ascética, transformações que o sujeito deve efetivar para alcançar uma outra maneira

de ser, destarte, o sujeito não mais se constituiria de forma heterônoma, objeto de um saber-poder, mas obtém uma certa autonomia proveniente das práticas de si. Um sujeito que se mostra constituído de forma ético-ascética que representa uma forma de resistência ao poder disciplinador, normativo, subjetivante. (ORTEGA, 1999)

É assim que Foucault estabelece uma noção processual de subjetividade que dá vazão à historicização do sujeito, não havendo aqui um sujeito universal. A modalidade de relação que o sujeito estabelece consigo irá apontar um estilo de existência que não coaduna com uma moral submissa às leis, no entanto, irá produzir um modo próprio de viver a partir das condições de relações de poder que está enredado, que escapa da normatividade e que está em constante processo de construção, nunca dado por finalizado.

O governo de si é a recusa das práticas de controle das condutas, com isso Foucault conceitua uma estética da existência, em que a existência emerge como um processo de transformação a partir de uma arte de viver que percorre o domínio de práticas e saberes, e em que as pessoas se auto constituem a partir da liberdade e escolha. Foucault (2006, p. 198-199) afirma que as artes de viver “devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais as pessoas não apenas determinam para si regras de conduta, como também, buscam transformar-se e modificar seu ser singular”.

Dessa maneira, instigo a pensar que os moradores de rua, a partir do governo de si, são capazes de gerar transversalidade em suas vidas; embora continuem atados aos atravessamentos que lhes são impostos socialmente, se tornam capazes de ser resistência, de se tornar uma maneira outra de existência, ainda que afastados da norma social, vão além do que a dinâmica dos atravessamentos é capaz de lhes permitir e limitar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição da vida na rua permite o descortinamento dos atravessamentos e transversalidades, dos conflitos e lutas sociais invisibilizados pelo não dito. O extremo da vida nas ruas denota uma condição de vulnerabilidade envolta em atravessamentos sócio-históricos. Essa existência no limite, além-muros de uma sociedade normativa, afeta e é afetada por um projeto de sociedade específico voltado à produção do capital por instituições e sujeitos. A existência nas ruas se encontra no auge desses atravessamentos, e sua inclusão por meio das Políticas Públicas, por vezes, funciona como uma forma de manutenção de um lugar excludente, o controle estatal, a Política Pública, se empenha em alcançar e gerir os moradores de rua, porém, ela não é suficiente para dar conta da dimensão que a rua possui e que se mostra ingovernável em suas várias facetas.

Sua dinâmica inunda serviços como o Centro Pop, e esse lugar de onde eu falo é inundado todas as manhãs por um mar de pessoas distintas que carregam histórias e vivências que marcam seus corpos com o espectro de uma falta que categoriza e acomoda-os em determinadas zonas periféricas de sociabilidade, onde a vulnerabilidade social se torna o centro das relações que ali se estabelecem. Para conseguir conviver com isso, o morador de rua transversaliza a vida de maneiras que não são óbvias, e onde as relações de poder continuam a silenciá-los eles se fazem resistência, criam formas de existir e lidar com um cotidiano opressor de uma cidade que os relega a um não lugar.

Pensar nos atravessamentos e transversalidades é observar os conflitos imanentes de uma produção social que é o morador de rua e sua constante luta pela sua vida e seu espaço nas cidades, e isso não quer dizer que a transversalidade irá produzir uma horizontalidade nas relações de poder evidenciadas. Não é possível alcançar uma horizontalidade nas relações quando os referenciais de vida dos sujeitos são diferenciados, porém a transversalidade irá permitir que o morador de rua seja compreendido para além dos atravessamentos históricos que permeiam sua vida.

Apesar do morador de rua ser produzido pelas normas sociais, ele também pode ser analisado e compreendido como esse sujeito que se transforma e ressignifica a exclusão social, os territórios por onde passa e maneiras de existir. As leis e normas de um governo das condutas são deixados de lado a favor de uma maneira não específica de se viver nas ruas, que ora liberta ora maltrata. Essa estética

da existência que é criativa e que dela faz emergir a resistência, transparece nas vidas desses sujeitos, na transitoriedade do morar nas ruas, nos espaços que transformam, nas ruas que percorrem, lutam, sangram, e, mais importante, vivem, pondo-se como um constante analisador desse modo de existência predominante que vivemos de forma naturalizada, mas historicamente produzido e perpetuado.

Com a pesquisa-intervenção realizada, penso que foi possível alcançar a discussão de pontos que considero importantes para a apreensão da ideia de um sujeito morador de rua que é produzido socialmente, e os mecanismos sociais que perpetuam a manutenção desse lugar. Quando ultrapassamos a dinâmica conservadora dos atravessamentos encontramos muito mais do que a conotação pejorativa do morar nas ruas; encontramos formas de viver não prevalentes e maneiras criativas de resistir. Como profissional, efetuar essa pesquisa me proporcionou colocar em evidência uma prática e inquietações que reverberam não apenas em meu ambiente de trabalho, mas em todas as vezes que nos deparamos com a alteridade e nos resignamos sem procurar compreender o que a produziu. É preciso desnaturalizar a vida, nossas formas de existência, e compreendermos que fomos produzidos e somos reprodutores de determinadas normas sociais que afastam e relegam o outro à sua aniquilação. Nas palavras de um Psicólogo que discorre sobre a experiência urbana e subjetividade:

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. (BAPTISTA, 1999, p. 46)

Dentre aquilo que não foi possível entrar na pesquisa, encontrei a relação institucional do Centro Pop com a rua, a relação da rede intersetorial com essa rua e seus moradores, as formas que se dão essas relações como perspectivas que poderiam ter sido exploradas para além da superficialidade; porém, não foi o alvo dos objetivos dessa dissertação e permanece como um caminho a ser percorrido em trabalhos futuros. Para finalizar, o fato de preencher de sentido uma prática

profissional, além de permitir a construção de um outro modo de enxergar e compreender essas vidas possíveis, põe-se como o grande prazer do trabalho que efetuei, enquanto que, por um outro lado, todo o sofrimento evidenciado que, por vezes te rasga a pele como uma faca, cria uma ferida que arde, que persiste em coçar e se mostra incapaz de cicatrizar, pois, se repete constantemente nas entrelinhas da sociedade que nos foi permitido viver. No que tange a essa afetação, não nos deixemos levar pela noção residual de práticas baseadas em um assistencialismo e que permeiam a ideia de falta na vida que encontramos nas ruas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN. G. **Homo Sacer: O poder Soberano e a vida nua I**, traduzido por Henrique Burigo, Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2007.

AMARAL, L. A. **Diferenças, estigma e preconceito: o desafio da inclusão**. In: Oliveira, M. K de; Souza, D. T. R.; Rego, T. C. (Org.). Psicologia, Educação e Temáticas da vida contemporânea, São Paulo: Moderna, 2002. p.233-248.

BACKSCHAT, T. M. S. ; LANZA, L. M. B. . **Território e Política de Saúde**. em: 6º Seminário Nacional de Estado e Políticas Sociais, 2014, Toledo. Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 2014. v. 1.

BAPTISTA, Luis Antonio. **A atriz, o padre e a psicanalista - os amoladores de faca**. In: \_\_\_\_\_. A cidade dos sábios. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49

BATISTA, Lazaro. **Cotidiano de uma experiência urbana informe: Dilaceramentos, trajetórias e políticas do comum**. Psicol. Soc. Belo Horizonte, v. 31, e216914, 2019.

BAREMBLITT, Gregorio F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed., Belo Horizonte, MG, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio De Janeiro, Ed. Zahar. 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira**. Psicol. Soc., Belo Horizonte , v. 15, n. 1, p. 57-96, Jan. 2003

BRASIL, **Decreto nº 847**, de 11 de outubro de 1890.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7053**, de 23 de dezembro de 2009a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP**. SUAS e População em Situação de Rua. Volume III. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Benefício de Prestação Continuada**, 2015b, disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>> Acesso em 17 de Janeiro de 2018.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão**. in: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lúcia & YAZBEK, Maria C. (Orgs.) Desigualdade e a questão social. 3ª edição, São Paulo, Ed. EDUC. 2010.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. 12. Ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015.



COIMBRA, Cecília. **Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional**. Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 7(1), 52-80. 1995.

COIMBRA, Cecília M. B., & Nascimento, Maria. L. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder**. em A. R. R. Geisler, A. L. Abrahão & C. M. B. Coimbra (Orgs.). *Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde* (pp. 143-153). Niterói, RJ: EdUFF. 2008.

DANTAS, M. **Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)-Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche, a genealogia e a história**. Em: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, p.15-37. 1998.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976) ; tradução Maria Ermantina Galvão, Martins Fontes, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **A vida dos homens infames**. Em: \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª ed. p.203-222. 2006

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O uso dos prazeres e as técnicas de si**, in *Ditos e escritos: ética, sexualidade e política*, vol 5. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**, traduzido por Eduardo Brandão; revisão da tradução Cláudia Berliner, São Paulo-SP, Ed. Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. em. Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Michel Foucault, Uma Trajetória Filosófica, Para além do estruturalismo e da hermenêutica 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ, Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIBBS, Camila. C.M. & AMAZONAS, Leiliane. **População em situação de rua e Políticas Públicas**: os limites à efetivação dos direitos na cidade de Manaus. Manaus-AM. UFMA. 2015.

GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia. **Foucault, a descontinuidade histórica e a crítica da origem**. IN: MARTINS, Adilton L. e RAGO, Margareth. Revista Aulas: Dossiê Foucault. nº 3, 1\*-21\*, dez/2006; mar/2007.

GOFFMAN, Erving, **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. ed. Digital, Coletivo Sabotagem. 2004.

IPEA. **Iniquidade social no Brasil**: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. Texto para discussão nº 971. Brasília, 2003.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. Tradução de Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOBO, Lilia Ferreira. **A expansão dos poderes judiciários**. Psicol. Soc. [online]. 2012, vol.24, n.spe, pp.25-30. ISSN 1807-0310. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000400005>.

LOURAU, René. **René Lourau na UERJ**. Análise Institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993

LOURAU, R. **Uma apresentação da análise institucional**. In S. Altoé (Org.). René Lourau - Analista institucional em tempo integral. (p. 129-139). São Paulo: Hucitec. 2004.

MACIEL, Fabrício. **Trabalho e vulnerabilidade**: a questão social na obra de Robert Castel. Vértices, V.16, n.2 p. 113-128, Campos dos Goytacazes-RJ. 2014.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, Elisa et al . **Psicologia e Democracia em um Cenário de Cidade como Campo em Disputa**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 37, n. spe, p. 224-238, 2017 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932017000500224&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500224&lng=en&nrm=iso)>. acessado em 28 de Maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703170002017>.

MATTOS, R. M. , FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua**. Porto Alegre, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 Edições, São Paulo - SP. 2018.

MELO, T.H. **A Rua e a Sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. UFPR. 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. IN: Revista Serviço Social & Sociedade (110). São Paulo: Cotez, 2012.

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. *Psicol. Cienc. Prof.* Brasília, V. 8, n. 1, p. 14, 1988. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s1414-98931988000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1414-98931988000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 23 de Maio de 2019.

MORAIS, Ricardo Manoel Oliveira. **Direito, Verdade e Biopoder em Michel Foucault**, Belo Horizonte - MG. UFMG. 2015.

MORRIS, A. E. ***History of Urban Form, Before the Industrial Revolutions***. Londres: George Godwin Limited. 1974.

NAIDIN, Julia. **Vidas heterotópicas, vidas infames, vidas outras**: um pequeno percurso antropológico no pensamento de Foucault. *Revista Filos, Aurora*, Curitiba, v. 28, set./dez. 2016.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**, Ed. Graal, Rio de Janeiro-RJ, 1999.

PALOMBINI, Leonardo L. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal**: Os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre. UFRGS, Porto Alegre, 2015.

PEREIRA, William C.C & PENZIN, Adriana M.B. **Análise Institucional na vida religiosa**: caminhos de uma intervenção. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, v. 7, n. 3, p. 521-540, dez. 2007

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na terra das finanças**. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

ROUANET, S. P. **A gramática do homicídio**. In: FOUCAULT, M. et al. O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault. 1996. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 91-139.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. **Políticas para a população adulta em situação de rua**: questões para debate Políticas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, nov. 2015. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/38234>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

SOUZA, Marcelo J.L. **O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento** in: CASTRO, I.E; COSTA GOMES, P.C; CORRÊA, R.L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

VÉRAS, M. P. B. **Exclusão social – um problema de 500 anos**. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história/ Foucault revoluciona a história**. 3ª. ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1995.